

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Cristiane Guazzelli Boschi

**POLÍTICA EDUCACIONAL E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO:
REFLEXOS NA APROVAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE
CAXIAS DO SUL (RS)**

Porto Alegre/RS

2014

CRISTIANE GUAZZELLI BOSCHI

**POLÍTICA EDUCACIONAL E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO:
REFLEXOS NA APROVAÇÃO E NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE
CAXIAS DO SUL (RS)**

**Projeto de Conclusão de Curso de
Mestrado Profissionalizante como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Administração - Ênfase
Investimentos Financeiros realizados nas
escolas do Município de Caxias do Sul.**

Professor(a) Orientador (a): Prof^a Claudia Antonello

Porto Alegre/RS

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Guazzelli Boschi, Cristiane
POLITICA EDUCACIONAL E INVESTIMENTOS EM
EDUCAÇÃO:REFLEXOS NA APROVAÇÃO E PERMANÊNCIA DOS
ESTUDANTES NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO
MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL / Cristiane Guazzelli
Boschi. -- 2014.
106 f.

Orientadora: Claudia Simone Antonello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2014.

1. Investimentos Financeiros. 2. Escolas
Municipais. 3. Resultados Finais. I. Antonello,
Claudia Simone, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIANE GUAZZELLI BOSCHI

**POLÍTICA EDUCACIONAL E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO:
REFLEXOS NA APROVAÇÃO E NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
NAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE
CAXIAS DO SUL (RS)**

Conceito Final:

Aprovado em: 17 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Cláudia Simone Antonello – UFRGS

Prof. Fabiano Larentis – UCS

Prof. Paulo Terra - UFRGS

Prof. Angela Schafer - UFRGS

Porto Alegre/RS

2014

Dedicatória

**Dedico a minha vida profissional e este trabalho aos meus filhos
Mateus, Felipe e Fernanda, grandes amores da minha vida**

AGRADECIMENTO

A vida é feita de escolhas e, nessas escolhas, muitas vezes nos deparamos com obstáculos que, nos levam a pensarmos em desistir. É aí que surgem algumas pessoas que nos dão a mão e nos ajudam a superar esses obstáculos.

Nesta caminhada fui abençoada com pessoas mais do que especiais, que me ajudaram a concluir esse trabalho, por isso quero fazer uma singela homenagem e externar o meu carinho e gratidão por terem cedido parte de seu tempo para me auxiliarem, os quais aqui deixo o meu muito obrigada aos colegas .Professores César, Keller, Olga, Odir.

Agradeço a DEUS por ter me estar comigo sempre, pois sem ELE, certamente não teria condições de viver.

À estimada Professora Aida Lovison, que acreditou em mim e me deu as primeiras orientações. Foi de extrema importância o seu apoio no início do meu trabalho, muito obrigada.

Aos diretores das escolas e aos funcionários da SMED, por me atenderem inúmeras vezes na coleta dos dados.

Meu agradecimento especial à Professora Claudia Simone Antonello, por ter acreditado em mim e ter me auxiliado na conclusão desse trabalho.

Aos demais amigos do coração que tanto me apoiaram com palavras de incentivo.

Muito obrigada!

RESUMO

O fortalecimento dos governos locais, previsto na Constituição de 1988, garantiu aos municípios maior autonomia para gerir seus recursos tributários e, no âmbito do Estado Democrático de Direito, é de responsabilidade do poder público municipal, a regulamentação da oferta e o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Diante disso, os gestores das Escolas do Município de Caxias do Sul, ao disporem dos recursos provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, estabelecem suas prioridades para uso dos valores alocados. A pesquisa busca relacionar os investimentos financeiros em educação, tomando por base os resultados quanto à evasão, aprovação e reprovação no triênio 2010-2012. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-quantitativa, com dados primários e secundários, os quais foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas em dez escolas, bem como a análise documental contendo informações quanto aos valores dispensados no triênio a cada uma das escolas e os respectivos resultados finais. A técnica de análise de dados adotada foi a de conteúdo uma vez que ela auxilia a compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes e esta tomou por base as ideias de Paulo Freire e Paro, bem como as determinações previstas na Constituição Federal. Os resultados levaram a concluir que a relação dos investimentos com os resultados quanto aprovação e reprovação é verdadeira, uma vez que os valores liberados a cada escola, dependem do número de alunos. Assim pode-se concluir que quanto maior o número de alunos, maior será o índice de aprovação e conseqüentemente, menor a reprovação. Quanto aos evadidos, não há relação com os investimentos, podendo este dado estar vinculado à região onde a escola está localizada.

Palavras-Chave: Investimentos Financeiros. Resultados Finais. Escolas Municipais.

ABSTRACT

The strengthening of local authorities, foreseen in the 1988 Constitution, reassured wider autonomy to cities so they would be able to run their tributary resources and, within the scope of the Rule-of-Law State, it is the responsibility of the municipal government, the offer regulation and admission to mandatory basic education. Therefore, the city schools managers of Caxias do Sul; when obtain the federal, state and municipal resources – establish their priorities so the appropriated funds can be used. The research aims to list the financial investment in education, taking into account the evasion, approbation and reprobation results in the period of 2010 to 2012. It's about a qualitative-quantitative research, presenting primary and secondary data which was obtained through semi-structured interviews and took place at ten different schools, as well as the analysis of the documents which provided information about the revenue that was appropriated in the period of three years to each school and the respective final results. The data analysis technique which was used was the content analysis one. Once it enhances the understanding of a speech, the deepening of the technical features and it elicits its most important moments. The research was based on Paulo Freire and Paro's principles, as well as the resolutions foreseen in the Federal Constitution. The results led to the conclusion that the connection between the investment and the approbation and reprobation results is real. Once the revenue appropriated to each school depends on the number of students. Therefore, it can be concluded that the more students are enrolled in a school, the higher the approbation rate will be and, consequently, the reprobation rate will decrease. Regarding the evasion students, there is no connection with the investments, so this data may be linked to the area where the school is located.

Keywords: Financial investments. Final results. City schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de Coleta de Dados elaborado pela autora.....	54
Figura 2 - Estrutura da Análise de Dados elaborada pela autora	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recursos Financeiros 2010	66
Gráfico 2 – Recurso Financeiro de 2011	68
Gráfico 3 – Recursos financeiros 2012	70
Gráfico 4 - Recursos Referentes aos Programas do Governo Federal	72
Gráfico 5 - Repasses referentes autonomia financeira 2011 e 2012.....	75
Gráfico 6 - Número de alunos matriculados no triênio 2010 a 2012	76
Gráfico 7 - Valores liberados para Autonomia Financeira no Triênio	76
Gráfico 8 - Gráfico 7: Recursos Financeiros em 2013	79
Gráfico 9 - Correlação entre número de professores e número de alunos nas escolas investigadas	82
Gráfico 10 - Resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação, evasão dos alunos do 6º ano no triênio	88
Gráfico 11 - Resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação e evasão dos alunos no 8º ano no triênio	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características do Município de Caxias do Sul	25
Quadro 2 - Previsão de atendimentos do PNATE em Caxias do Sul - Ano base 2009 - Exercício 2010	42
Quadro 3 - Recursos destinados à Educação Municipal.....	44
Quadro 4 - Distribuição dos Recursos do Governo Federal	46
Quadro 5 - Distribuição/aporte do Governo Federal por Aluno Valor Per Capita Nacional	47
Quadro 6 - Escolas investigadas e número de alunos matriculados em 2013	52
Quadro 7 - Relação das entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2013	58
Quadro 8 - Equipamentos disponíveis nas escolas investigadas	63
Quadro 9 - Recursos Financeiros 2011	67
Quadro 10 - Recursos Financeiros 2012	69
Quadro 11 - Recursos Referentes aos Programas do Governo Federal	71
Quadro 12 - Repasses referentes à Autonomia Financeira nos anos 2011 e 2012	74
Quadro 13 - Recursos Financeiros 2013	78
Quadro 14 - Perfil das Escolas relacionando número de alunos com o número de professores disponíveis em cada unidade	81
Quadro 15 - Respostas às questões da entrevista realizada com as diretoras	86
Quadro 16 - Resultados X Investimentos no triênio nas séries investigadas	90

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - IDEB Resultados e Metas	49
Tabela 2 - Característica das Escolas com até 500 alunos.....	60
Tabela 3 - Recursos Financeiros 2010	65
Tabela 4 - Resultados das turmas do 6º ano das escolas investigadas e respectivos recursos liberados no triênio 2010 a 2012	87
Tabela 5 - Resultados das turmas do 8º ano das escolas investigadas no triênio 2010 a 2012	88
Tabela 6 - Recursos do PDDE e Autonomia no triênio em relação aos resultados das turmas do 6º ano e 8º ano.....	90
Tabela 7 - Valores obtidos através da análise por regressão múltipla para alunos aprovados	92
Tabela 8 - Valores obtidos através da análise por regressão múltipla para alunos reprovados.....	92
Tabela 9 - Análise por regressão dos Resultado X Investimentos realizados no triênio	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C/F - Constituição Federal

CID- Código Internacional de Doenças

EJA- Educação de Jovens e Adultos

FEE-Fundação de Economia e Estatística

FUNDEB - Fundo de Apoio à Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Apoio à Educação Fundamental

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIES- Laboratório de Informática Educativa

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PEATE- Programa Estadual de Transporte Escolar

PIB- Produto Interno Bruto

PNATE - Programa Nacional de Auxílio ao Transporte

PNDU - Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNAE - Programa Nacional de Auxílio à Escola

PNE - Plano Nacional de Educação

PAR- Plano de Aplicação de Recursos

RS- Rio Grande do Sul

SAEB-Sistema de Avaliação da Educação Básica

SMED- Secretaria Municipal de Educação

UCA- Um Computador por Aluno

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	21
1.1.1 Objetivo Geral	23
1.1.2 Objetivos Específicos.....	23
1.1.3 Justificativa	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: O SER HUMANO, UM SER INACABADO.....	30
2.2 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	32
2.3 A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO: PREDISPOSIÇÕES E FUNDAMENTOS LEGAIS	35
2.4 MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DISPOSITIVOS E TRANSFERÊNCIAS FISCAIS	38
2.5 O MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A PARTIR DOS RECURSOS ALOCADOS PELOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	44
2.5.1 Recurso proveniente do resultado da Prova Brasil.....	48
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	50
3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	51
3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	53
3.4 MÉTODO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	54
4 Análise e Interpretação RESULTADOS	57
4.1 CARÁTER FINANCEIRO.....	57
4.1.1 Contextualização e Infraestrutura da Escola.....	57
4.1.2 Recursos do Governo	64
4.1.3 Programas de Incentivo do Governo Federal.....	70
4.1.4 Autonomia Financeira	72
4.2 CARÁTER PEDAGÓGICO	79
4.2.1 Recursos Humanos	79
4.2.2 Recursos Pedagógicos	82

4.2.3 Relação Pedagógica e Financeira	86
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS NO TRIÊNIO NAS TURMAS DO 6º ANO E 8º ANO 91	
5 Considerações finais	94
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.....	105
APÊNDICE B – Roteiro de dados solicitados à SMED	107

1 INTRODUÇÃO

Com a democratização do Brasil, o Estado brasileiro recebeu, em 1988, uma Constituição Federal que direciona o Estado Democrático de Direito para uma democracia e, nesse bojo, para uma descentralização tributária para os Estados e Municípios. A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado, no qual os municípios apresentam lugar de destaque tendo estes a concessão de privilégio dada à ampliação de suas fontes de receita por meio de repasses constitucionais. Ou seja, as possibilidades para o exercício “direto” do poder (Art. 1º, CF) em regime de colaboração entre as diversas instâncias, ou seja, união, estados e município determinam o meio mais eficaz de combate às desigualdades sociais e regionais bem como de promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico de uma nação.

Este é considerado um momento ímpar na história do país, neste caso e, sobretudo, pelo conseqüente fortalecimento dos governos locais, já que o repasse da responsabilidade das políticas sociais aos municípios permitiu maior autonomia para gerir os seus recursos tributários, garantindo ganhos em mobilidade no que tange ao manejo das questões ligadas às instituições de ensino.

No caso da Educação, a Constituição Federal de 1988 determina, em seu Art. 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo esta promovida em colaboração da sociedade, tendo em vista o desenvolvimento pleno da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os princípios do ensino são, portanto, determinados não somente pela igualdade de condições de acesso e permanência, por meio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei, mas também pela obrigação de garantir uma escola com um “padrão de qualidade comum”, fruto da colaboração entre união, estados e municípios (Art. 206 e 208, CF). A conquista do princípio constitucional da gestão democrática implica a participação cidadã dos interessados e a necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes quanto aos objetivos da educação escolar (Art. 14, LDB).

O objetivo da educação escolar consiste em possibilitar, a todos os brasileiros e brasileiras (pobres ou ricos, do sul ou do norte, negro ou branco, homem ou mulher) o acesso a uma escola com boas condições de funcionamento, seja em termos de competência educacional, seja na disponibilização de recursos de ordem material e financeira. Mas uma “escola de qualidade comum” como direito de cidadania também implica a elaboração de uma concepção de educação sustentada por um projeto pedagógico, que seja referência e permita aos interessados identificar as condições da escola, quanto à estrutura física e pedagógica e reivindicar o direito à educação, mesmo em condições mínimas do ponto de vista da qualidade do processo educativo. Assim, no que se refere aos “Poderes da União”, em seu Art. 2º, reza a Constituição Federal de 1988, no âmbito do Estado Democrático de Direito, que compete ao poder público municipal a regulamentação da oferta e o acesso ao ensino fundamental obrigatório. Em disposições constitucionais posteriores, conforme será detalhado mais adiante, está indicado o montante de recursos constitucionais a serem destinados às unidades escolares “com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério” (Art. 60, *Caput* 212 da CF/88).

Também reza a Constituição Federativa do Brasil de 1988 (Art. 206 e 208, CF), que é dever dos pais ou responsável matricular seus filhos, garantindo o direito à educação escolar, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, direito que assegura, por essa via institucional, a formação dos cidadãos. Por isso, os pais não têm o direito de não matricular seu filhos na escola, e o Estado por sua vez não tem o direito, conforme previsto na Constituição Federal, de não oferecer o número suficiente de vagas nas escolas para os estudantes dos diversos níveis e modalidades: educação infantil, educação fundamental e ensino médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei maior para a educação no país, criada em 1971 e sancionada em 20 de dezembro de 1996 (Lei nº 9.394/96), ratifica o direito para as crianças de 0 a 6 anos à educação em creches e pré-escolas, conforme assim fora estabelecido pela Constituição Federativa de 1988. Igual direito também consta no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e sua efetivação ocorre através de diretrizes e normas válidas em âmbito nacional,

representando, por seu conteúdo, um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

A inserção da educação infantil como elemento integrante da educação básica representa o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida sendo essencial para o cumprimento de sua finalidade. A esse respeito, assim reza o Art. 22 da referida Lei nº 9.394/96: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

Para o desenvolvimento de um trabalho sobre Política Educacional Brasileira e Investimentos: Reflexos na aprovação, acesso e permanência nas escolas do Município de Caxias do Sul (RS), faz-se necessária a apresentação de algumas questões que nortearão esta investigação.

Em primeiro lugar, é evidente que a permanência na escola começa pelo ingresso da criança na instituição escolar, fato que depende de vários e distintos aspectos socioeconômicos e culturais, ou seja, do meio aonde a família da criança está inserida. Estudos divulgados pela Science (2006, p.1900) mostram que “a arquitetura do cérebro e o processo de formação de habilidades são influenciados pela interação entre genética e experiência individual”. A maestria das habilidades, alcançada por esse processo, é essencial para o sucesso econômico, além de prover o pano de fundo neural que permite ao ser humano compreender e hierarquizar as regras visando sua autorrealização em ciclos posteriores da sua vida.

O que se pretende aqui, face ao exposto, tendo em vista aspectos institucionais educativos próprios à realidade brasileira, é atuar de tal modo que a escola não se reduza a um local onde a criança lá esteja meramente para passar algumas horas, seja para aliviar a sobrecarga da família, usufruir da merenda escolar ou, até mesmo, para que ela não corra o risco de estar solta nas ruas enquanto a mãe e/ou o pai estiverem trabalhando.

Cabe salientar que tais questões afetam o produto do trabalho educativo, ou seja, o egresso da escola. A pesquisa Retrato da Leitura no Brasil, divulgada em março de 2012 conclui que:

Cerca de 75% da população brasileira jamais pisou numa biblioteca, além disso só 26% dos brasileiros entre 15 e 64 anos encontra-se no nível pleno de alfabetização com condições de ler e compreender integralmente um texto longo. Isso revela que é impossível pensar em desenvolvimento tendo um índice de aproximadamente 70% de analfabetos funcionais. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012, s.p.)

Em segundo lugar, a vivência pessoal e profissional do pesquisador no campo da Educação deixa evidente que, além dessa situação, também existem casos em que a escola fundamental está localizada a quilômetros da residência da criança, especialmente, para aquelas que residem na zona rural. Por não disporem de meios para chegar até a unidade escolar, por falta de transporte ou de alguém que simplesmente as conduza, as crianças dessa realidade acabam ficando em casa ajudando os pais na lavoura.

Sem acesso à educação formal, ficam solapados tanto os objetivos quanto a finalidade da Educação. Dessa forma, não só a criança, mas toda a sociedade perde com isso.

Há ainda que considerar a situação de crianças oriundas de um ambiente familiar deteriorado (e não são poucas), ou seja, aquelas pertencentes a famílias desestruturadas, vivendo em um meio de violência e miséria, com problemas de desnutrição e expostas à promiscuidade e que, talvez, por tais razões, nunca se aproximem sequer dos portões de uma escola. Nesse sentido, a pergunta lançada por Gadotti (2001, p. 16) é crucial: “Será que os recursos destinados à educação têm sido suficientes e será que os recursos a ela destinados estão sendo bem aplicados? Que prioridades têm sido consideradas e de que maneira são definidas essas prioridades?”

Em termos institucionais denota-se, por fim, que o início propriamente dito do trabalho educativo se dá a partir do momento em que a criança ingressa efetivamente na escola. É nesse momento que os responsáveis pela condução do processo educacional devem ter a preocupação, senão a precaução em se munir de meios destinados a conquistar ou cativar o interesse do aluno, traduzindo-se como uma forma de estimular a busca e o amor pelo saber, e desenvolvendo consistentemente, por tais iniciativas, a busca pelo aprender, fundamentado em hábitos e atitudes adequados. É necessário então que o professor, de modo especial, esteja bem preparado, isto é,

motivado e apto para desempenhar com maestria as suas funções educativas. E isto conduz a uma interrogação: Qual é o custo ou, quem sabe, o valor de tudo isso?

O censo escolar de 2010 reforça a ideia da necessidade do investimento na qualificação dos professores, bem como em infraestrutura e em definição de novas linhas pedagógicas, o que representa um desafio a ser enfrentado. Assim, de uma forma ou de outra, o acesso, a permanência e o ensino de qualidade são metas e objetivos que podem trazer consigo, para sua efetivação, obstáculos que precisam ser superados; mesmo se, às vezes, desconhecidos ou subestimados por aqueles que assumem profissional, voluntária e amorosamente a nobre tarefa de educar.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A escolaridade da população e a má qualidade do ensino ofertado são comumente apontadas como entraves para o desenvolvimento pleno e sustentável de um país. A educação desempenha um papel singular para a evolução do ser humano, criando possibilidades para a busca de soluções aos desafios culturais, sociais e políticos transformando o cenário de desigualdades. É importante considerar a necessidade de realizarem-se investimentos em educação, que podem ser direcionados em dois sentidos: um deles relacionado ao aumento do número de vagas escolares em todos os níveis e, o outro, proveniente dos investimentos voltados à melhoria da qualidade do ensino, com foco em gestão educacional e processos, que determinem novas metodologias de ensino (BARROS; MENDONÇA, 1997).

No tange à elaboração de políticas sociais direcionadas à infância, no artigo da Science (2006) acima referido, Heckman sumariza evidências que, por décadas, nos Estados Unidos, emergem de pesquisas independentes na economia, neurociência e desenvolvimento psicológico. Estes estudos mostram que o ambiente familiar durante a infância é um dos principais indicadores da aquisição das habilidades cognitivas e não-cognitivas, pois ambientes que não estimulam as crianças, as colocam em desvantagem, muito mais pela falta de estímulos do que pela precariedade dos

recursos financeiros. Essa desvantagem acompanha a criança ao longo da vida e, em consequência, interfere na sociedade como um todo, uma vez que a aquisição das habilidades humanas, tais como hábitos e atitudes, incluso a aprendizagem dos conteúdos, ocorre em períodos pré-determinados nos quais as crianças estão mais suscetíveis a influências externas

Além do mais, as competências cognitivas, linguística e emocional são interdependentes. Elas são experiências essenciais para a formação das crianças, e todas elas contribuem para o êxito das mesmas na sociedade em sentido lato. Portanto, demonstra o estudo, que quem quiser obter o valor máximo de retorno sobre o investimento feito em educação, invista cedo (SCIENCE, 2006).

A escolaridade tem diversos efeitos que não estão diretamente ligados ao mercado de trabalho, uma vez que alteram as decisões de consumo, poupança, saúde e fertilidade, além, é claro do aspecto cognitivo. Assim, entende-se que a taxa de retorno dos investimentos em educação, é subestimada, quando medida, apenas em termos de salários mais elevados, mas há uma mudança de comportamento que pode impactar permanentemente todas as atividades dos indivíduos (GROSSMAN, 2006).

Se a escola, no contexto em estudo, ainda é vista como o principal agente facilitador da aprendizagem formal, também é possível afirmar que os índices de aprovação e permanência dos estudantes nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental em Caxias do Sul, no período de 2010 a 2012, resultam de circunstâncias diversas. Dentre as mais importantes, cabe citar, primeiramente, o cuidado no repasse e no manejo dos recursos financeiros, incluso no âmbito das escolas. Segue-se, sem ordem de prioridade, questões ligadas à infraestrutura escolar, formação dos professores, estrutura familiar e condição socioeconômica e cultural da comunidade onde a escola está inserida.

Nos últimos anos, a implementação das políticas de repasse financeiro dos governos Federal, Estadual e Municipal resultou no incremento gradual do montante investido em Educação, neste caso, no Ensino Básico. As prerrogativas desta política constam no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (2007), o qual, sob a responsabilidade do MEC, tem como objetivo melhorar a Educação no país, em todas

as suas etapas, em um prazo de quinze anos, priorizando a Educação Básica, o qual apresenta como um plano executivo de governo destinado a intervir na redução das desigualdades sociais e regionais ainda marcantes no território brasileiro. Considerando o exposto, levanta-se a seguinte questão de pesquisa:

A pesquisa pretende responder à seguinte questão: Como os valores investidos pelos governos Federal, Estadual e Municipal configuram no desempenho escolar nas instituições de ensino municipais?

Para responder ao problema de pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral

Estabelecer um paralelo entre as políticas educacionais e os investimentos financeiros em educação, conforme reza a Constituição Federal de 1988, tomando como referência os resultados obtidos quanto à evasão, aprovação e permanência dos estudantes do Ensino Fundamental nas escolas da rede municipal de Caxias do Sul que integram a pesquisa.

1.1.2 Objetivos Específicos

Sumarizar os fundamentos da política de repasses financeiros para a Educação realizada pelo Governo Federal, na sua relação com os Estados e Municípios.

Identificar os critérios utilizados na aplicação desses recursos no âmbito das escolas municipais de Caxias do Sul.

Relacionar os repasses financeiros realizados pelas respectivas unidades educativas com os resultados obtidos quanto à aprovação e permanência no tempo e espaço educativo acima referido.

O estudo visa, portanto confrontar os diversos aspectos acima indicados, fundamentos da política de repasses para a Educação, critérios de aplicação dos recursos, bem como o gerenciamento dos repasses, buscando compreender melhor em quais condições a relação entre o montante investido e os índices de aprovação e permanência apresentam melhor desempenho. À luz desta análise, espera-se obter um conjunto de informações capazes de subsidiar a elaboração de medidas que, ao levar em conta o que é próprio de cada unidade escolar, despertem no estudante o interesse em permanecer na escola, dedicando-se aos estudos até concluir pelo menos a formação básica. E tais medidas são importantes nesta busca voltada, em última instância, a minorar os índices de evasão e repetência nas escolas da Rede Pública Municipal de Caxias do Sul. E isso com vistas ao objetivo maior presente nos documentos constitucionais, ou seja, o aperfeiçoamento das ações de caráter reparativo e distributivo, tornando a educação um direito para todos efetivamente.

O campo de pesquisa abarca escolas do Ensino Básico localizadas no Município de Caxias do Sul no triênio 2010-2012. Conforme disposto nas regulamentações e dispositivos legais atinentes à área da Educação, buscou-se confrontar as informações obtidas, verificando a capacidade dos atuais investimentos em minorar, de forma direta, o problema da evasão e da repetência nas Escolas do Município de Caxias do Sul.

O município de Caxias do Sul possui 485.482 habitantes (IBGE - FEE, 2010). É, por suas condições, o segundo polo metal-mecânico do país, e um dos maiores da América Latina. Com mais de 6.500 indústrias, Caxias responde por cerca de 6,5% do PIB do Rio Grande do Sul. A história da colonização do município teve início na segunda metade do século XIX, em virtude da guerra de unificação italiana. Como o país europeu se encontrava em grave crise social e econômica e os agricultores empobrecidos já não conseguiam garantir a subsistência, o Governo Imperial do Brasil decidiu empreender a colonização de áreas desabitadas do sul do país incentivando, após 1887, a vinda para a região de imigrantes da Itália.

Devido ao esforço e ao trabalho de seus habitantes, a cidade desenvolveu-se aceleradamente, tornando-se hoje umas das economias mais dinâmicas do Brasil e presente em muitos e exigentes mercados internacionais. Os benefícios dos investimentos em educação relacionados ao processo de formação e identidade do povo italiano representam um elemento primordial no desenvolvimento socioeconômico e cultural do município.

O quadro a seguir apresenta as principais características geográficas e econômicas do município.

Quadro 1 - Características do Município de Caxias do Sul

Características Geográficas	
Área	1.643.913 km ²
População	485.482 hab. (IBGE 2010).
Densidade	264,91 hab/km ²
Altitude	Entre 740 a 820 m
Clima	Sub tropical
INDICADORES	
IDH	0,857 (elevado) (PNDU/2000)
PIB	R\$ 11.416.487,220 mil
PIB per capita	R\$ 28.868,44 (IBGE 2008)

Fonte: (1) *Censo Populacional 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010)

(2) *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). 11 de outubro de 2008.

(3) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (11 dez. 2010).

No que tange aos investimentos em educação no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, a CF/88, através do Art. 69, determina que, para a educação, a transferência ocorrerá de forma automática, sendo que a União aplica hoje, anualmente, nunca menos de 18%. Para os Estados, Distrito Federal e Municípios, o percentual é de 25% da receita resultante de impostos, montante que deve ser aplicado

na manutenção e no desenvolvimento do ensino público. Este patamar mínimo de recursos, liberado pelos governos federal, estadual e municipal, pode, contudo, não ser suficiente para garantir a aprovação e a permanência do aluno na escola.

Sendo assim, três níveis de ação relacionam-se com a proposta de pesquisa: o primeiro refere-se à questão enfrentada pelos gestores do sistema de ensino federal, estadual e municipal, os quais podem estar confrontados à necessidade de formular políticas voltadas ao enfrentamento da carência de recursos educacionais. O segundo eixo, o da escola, onde os dirigentes se defrontam inevitavelmente com a necessidade de estabelecer prioridades buscando gerir tais recursos com a maior eficiência possível; e o terceiro eixo, diretamente ligado ao trabalho do professor em sala de aula, lugar aonde o ensino efetivamente acontece. .

1.1.3 Justificativa

A importância dos recursos financeiros para que a escola tenha condições de oferecer uma educação de qualidade é, hoje, algo incontestável. Além de a educação ser reconhecida como um dos principais veículos de formação da cidadania e, do mesmo modo, a democracia : fruto de uma identidade cultural, estabilidade econômica, justiça social e diversidade política, que determinam uma forma de vida na qual o cidadão participa ativamente, buscando a sua cidadania plena (BENEVIDES, 1998).

Ao escolher o tema sobre investimentos em educação como campo de pesquisa e tendo em vista seu objetivo, é também necessário apresentar os principais elementos a partir dos quais será exercido o esforço de melhor compreender o problema de pesquisa. São eles: o número total de matrículas e os índices de aprovação, reprovação e permanência em cada unidade escolar pesquisada, comparando-o internamente a escolas com o mesmo número de alunos e, em nível externo, ao índice geral do município de Caxias do Sul e, se possível, do estado e do país; o número de docentes; o investimento aluno-ano; os equipamentos disponíveis para a efetivação do processo pedagógico, as relações dos profissionais com a escola e, por fim, a

organização da escola, mais precisamente, o papel que a escola é chamada a exercer como agente de interação com a comunidade escolar como um todo.

Por sua vez, sabe-se que, só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. A redução das desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade (PDE). O conhecimento é necessário para afrontar as desigualdades sociais e, nesse sentido, os órgãos responsáveis pela gestão do ensino reconhecem e estão cientes de qual é a finalidade dos investimentos em educação. Quer dizer, no âmbito macro (políticas, planejamento, organização, estratégias e avaliação de sistemas) e no micro (administração e planejamento pedagógico das escolas), temos dimensões nas quais a administração escolar deve atuar como processo racional para coordenar a administração dos recursos alocados pela união, estados e município, visando ao alcance dos seus objetivos (PARO, 2002).

Salienta Heckman (SCIENCE, 2006), que os investimentos em crianças carentes representam uma iniciativa rara em política pública e, nos casos afetos, promovem a justiça social ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade econômica da sociedade como um todo. Intervenções precoces a elas direcionadas têm um retorno bem maior do que as que ocorrem tardiamente como, por exemplo: capacitação para o serviço público, programas de reabilitação e subsídios educacionais.

De forma similar ao que ocorre aqui, a sociedade hoje superinveste em medidas remediadoras para idades tardias e subinveste nas idades baixas, mesmo sabendo que os resultados com tais gastos não irão trazer o retorno esperado. As medidas, quando efetivas, são acompanhadas de uma educação de qualidade oferecida pela escola, pois esta não é o único agente educador, mas faz parte do grupo dos agentes formadores, devendo atuar em sintonia com os demais agentes, conforme projeto estabelecido pelas políticas públicas para a comunidade. Faz-se de fundamental importância a existência de um programa específico que acompanhe constantemente as comunidades de baixa renda, ajudando-as a corrigir os possíveis desvios, tais como, redução de criminalidade, coesão social e participação democrática.

A escolha do tema e a forma de problematizá-lo justifica-se inicialmente pelo interesse que, vincula-se, por um lado, à experiência pessoal e profissional do pesquisador, seja como docente em diversos níveis de ensino: fundamental, médio e superior, seja no exercício da atividade de gestão em escolas municipais sediadas em diferentes locais do estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, o fato de Caxias do Sul ter a grande maioria dos egressos do ensino fundamental e médio formadores da base da mão-de-obra do próprio município. Este fato vem ao encontro da questão relativa ao importante papel hoje atribuído aos administradores das escolas quanto à formação, inclusive para o trabalho, a ser assegurada aos estudantes do ensino fundamental e médio.

As informações aqui apresentadas, portanto, poderão subsidiar a definição de Políticas Públicas na Área da Educação Municipal - SMED e Escolas –, as quais possibilitem a adoção, mais especificamente, como instrumentos auxiliares do Projeto Político Pedagógico (PPP) a ser desenvolvido, posteriormente, nas escolas em conjunto com a comunidade escolar. Sua importância e significado estão no fato de que as metas e objetivos definidos nesse documento indicarão como e onde investir, garantindo o funcionamento da instituição escolar em todas as dimensões: pedagógica, administrativa e financeira em condições satisfatórias. Sendo assim, pretende-se incluir como partícipe do processo do qual faz parte a presente proposta.

Do ponto de vista estrutural, o trabalho inicia com uma reflexão sobre as concepções de Educação seguida de uma breve retrospectiva histórica. Depois, apresenta-se a análise sobre a Política Nacional da Educação no Brasil nos períodos de 2010 a 2012, período em que o MEC realizou investimentos em torno de R\$ 500 milhões (INEP) e as melhorias apresentadas pelos indicadores educacionais relativos ao fluxo escolar no ensino fundamental demonstram a ocorrência de crescimento quanto à promoção dos alunos, expõem-se os repasses financeiros, relacionando as bases legais com formas de investimentos e a aplicabilidade nas escolas da rede municipal de Caxias do Sul.

Os procedimentos metodológicos, bem como as técnicas de análise de dados, estão presentes na pesquisa, uma pesquisa qualitativa-quantitativa, com análise de

conteúdos e dados estatísticos a fim de relacionar as informações coletadas. Por fim, apresenta-se a análise dos resultados obtidos a partir da investigação, seguida das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se a concepção de educação, entendida como um processo contínuo do ser humano, que permite a sua constante evolução. Em seguida, há uma retrospectiva histórica sobre os avanços da educação no Brasil e a apresentação das Políticas Educacionais Brasileiras, com destaque para as principais mudanças ocorridas neste espaço ao longo da história. O item seguinte contempla as bases legais dos repasses financeiros provenientes do Governo Federal e, por fim, são apresentados detalhamentos sobre as aplicações financeiras realizadas nas Escolas do Município de Caxias do Sul a partir dos repasses constitucionais. Assim, pretende-se enriquecer as informações evidenciadas pela pesquisa, as bases teóricas e estruturas que caracterizam a presente proposta.

2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO: O SER HUMANO, UM SER INACABADO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos indicadores mais utilizados para medir a evolução de um país. A medição desse índice pode ser feita a partir da valoração do produto interno bruto per capita, da longevidade e do nível educacional (PNUD, 2005). Através da educação, o homem descobre um meio para a construção de um novo status que lhe possibilita condições de livrar-se das imperfeições que o impedem de desenvolver, pois traz consigo um coeficiente muito grande de esperança. A educação pode mudar muito a realidade, dependendo de como a aplicamos e da maneira como a concebemos, vindo ao encontro da afirmação do ser humano como inacabado.

[...] A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o a sua perfeição. O homem deve ser sujeito de sua própria educação, ninguém educa ninguém, o homem como ser inacabado, está em constante busca com outros seres. A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. (FREIRE, 1981, p. 14).

Segundo Freire (1997), basta o trabalho educacional e teremos o que queremos: uma educação verdadeira que dê conta da mudança da realidade. Para ele, educar não é uma doação ou imposição, mas uma devolução dos conteúdos coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas. É, pois educando pela conscientização do “educando” que Freire fundamenta a união entre a Educação e o processo de mudança social. Assim, a afirmação de que o homem é um ser inacabado, evidencia necessidade de constante busca, através da educação. É a partir daí que se torna tarefa primordial a de levar o ser humano a possibilidade de estar cada vez mais próximo da perfeição.

[...] que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos [...] abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 1997, p. 136).

Para a sociedade é interessante que a população esteja engajada e possua conhecimentos diversos, uma vez que o capital intelectual representa um grande fator de desenvolvimento, tanto coletiva como individualmente. Segundo Freire (2006), as relações que o homem trava no mundo e com o mundo o definem como um ser de relações e não só de contatos e, o estar no mundo, resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.

Para Mizukami (1986), o homem é considerado como inserido num mundo que irá conhecer através de informações que lhe serão fornecidas. É um receptor passivo até que, repleto das informações necessárias, podendo repeti-las a outros que ainda não as possuam, assim como pode ser eficiente em sua profissão, quando de posse dessas informações e conteúdos.

Assim, o fato de explorar vários campos e valores diferentes, sob vários enfoques, com ideias inovadoras, permite o desenvolvimento da capacidade de interação do sujeito com o mundo, o que representa uma forma de explorar o seu próprio potencial.

2.2 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O início desta retrospectiva histórica da educação, no Brasil, tem como cenário o modelo exportador que fundamentava a organização da economia na produção primária, predominantemente agrária, destinada à exportação. Durante séculos, essa economia assentava-se em um só produto, razão pela qual era extremamente vulnerável, pois dependia das oscilações do mercado dos países de economia hegemônica. Esse modelo perdurou até a crise de 1929. Pode-se dizer que, até então, não existia uma política educacional no Brasil, pois o “primeiro Ministério de Educação foi criado pelo governo Getúlio Vargas, em 1930”. No entanto, não se pode afirmar que o sistema educacional fosse totalmente inoperante (FREITAG, 1980, p.46).

No período do Brasil Colônia, os sistemas educacionais organizados pelos jesuítas cumpriam uma série de funções, também importantes para a coroa portuguesa. Esta fase colonial caracterizava-se pela inexistência de instituições autônomas que pudessem compor a sociedade política que, por sua vez, estava submetida ao poder da metrópole. A sociedade civil era composta quase que exclusivamente pela igreja.

A educação, portanto era um “nada” dentro de tal formação social, pois a monocultura latifundiária exigia o mínimo de qualificação, uma vez que a força do trabalho era constituída de escravos trazidos da África. Logo, não havia função para a escola. A estrutura social era formada pela seguinte estrutura de classes: mão-de-obra escrava (classe trabalhadora), senhores latifundiários e donos de engenho; administradores portugueses representantes da coroa; e, por fim, o clero (na maioria jesuítas). Logo, a organização da produção garantia essa estrutura de classes, tornando as escolas dispensáveis, delegando aos colégios jesuítas e aos seminários a tarefa de reproduzir as relações de dominação, ajudando e assegurando a reprodução da sociedade escravocrata.

Diz Furtado (1972, p. 54): “os jesuítas, além de prepararem os futuros bacharéis em belas artes, direito e medicina, fornecendo quadros dirigentes da administração colonial, formavam ainda, teólogos e os futuros educadores em seu meio”. Assim, a Igreja Católica não só assumia a hegemonia na sociedade civil, mas de certa forma,

influiu na sociedade política através da educação. Os colégios e seminários dos jesuítas foram, desde o início da colonização, os centros de divulgação do cristianismo e da cultura europeia. “Assim, a Igreja utilizando-se, também da escola, auxiliou os latifundiários representantes da coroa portuguesa, a subjugar, de forma pacífica, a população escrava e a população indígena que se submetiam [...]” (OLIVEIRA LIMA, 1972, p. 26). Com os jesuítas afastados, no final do século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil, pois basicamente controlava as instituições de ensino.

No final do Império, quando a força de trabalho escrava foi substituída parcialmente pelo trabalho dos imigrantes, a estrutura social continuava a mesma, não havendo, portanto, necessidade de qualificação de mão-de-obra dos imigrantes que continuariam a desempenhar as funções até então exercidas pelos escravos. Desta forma, como se pode observar:

[...] no fim do Império e começo da República se delineiam os traços de uma política educacional estatal, fruto do próprio fortalecimento de Estado, sob a forma da sociedade política. Até então, a política era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição todopoderosa, a Igreja. (FURTADO, 1974, p. 218).

A crise mundial de 1929 encaminha mudanças estruturais que vão caracterizar um novo modelo econômico. Esse modelo foi decorrente da crise cafeeira que, em razão da baixa dos preços, fez com que os investimentos se deslocassem para outros setores de bens de consumo, fortalecendo a indústria no Brasil. A classe, até então hegemônica dos latifundiários, passa a dividir o poder com uma nova classe burguesa emergente e, em consequência disso, há uma reorganização dos aparelhos do Estado. Com Vargas no poder, em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde, ponto de partida para mudanças substanciais na educação.

A Constituição Brasileira de 1934 estabelece a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação, que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis.

[...] são regulamentados (pela primeira vez) as formas de financiamento da rede oficial de ensino em quotas para a Federação, os Estados e Municípios, fixando-se ainda, as competências dos respectivos níveis de ensino implanta-se a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário. O ensino religioso torna-se

facultativo. Temos, pois o início do período que caracterizava o modelo econômico da substituição de importações, uma tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional [...] (FREITAG, 1980, p. 51).

O período da substituição de importações, no entanto, esgotou suas possibilidades nos primeiros anos da década de 1960 do século passado, pois era preciso assegurar o atendimento da demanda através da produção doméstica e isto só seria possível com a mão de obra adequada, além da reestruturação política, econômica e social do país. A política educacional que caracteriza este período reflete a luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De fato, com a reorganização da economia brasileira, as funções dadas à escola não poderiam permanecer as mesmas. O Estado, sendo mediador no processo de transição e de reorganização da economia nacional e da sociedade política, reflete tais aspectos na política educacional, que só seria delineada com a Lei nº 4024/61 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. “Ela é o compromisso entre duas tendências e estabelece que tanto o setor público quanto o particular têm o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis”. (FERNANDES, 1965, p. 265).

A partir de então, o governo passa a preocupar-se com a elaboração das políticas públicas, estabelecendo autoridades executivas de controle hierárquico nas organizações para o alcance dos objetivos, de forma segura e eficiente (DENHARDT; DENHARDT, 2003).

Aprovada no governo João Goulart 1961-1964, a primeira LDB Lei nº 4024/1961 manteve a autonomia administrativa dos estados em relação ao ensino primário e normal - a única padronização foi quanto à duração dos cursos. Ao mesmo tempo, estabeleceu parâmetros genéricos válidos para todo o território nacional e assegurou que a educação, com base nos princípios da liberdade e da solidariedade, fosse direito de todo o cidadão (VEIGA, 2007).

No entanto, a primeira LDB (1961) trouxe maiores benefícios às escolas particulares e não criou condições para favorecer uma educação de qualidade ao restante da população uma vez que até o final da década de 1980 o sistema educacional, esteve vinculado ao sistema produtivo e político. Assim, após a Lei nº

4024, entra em vigor a Lei nº 5692/71, que reforma o ensino de 1º e 2º graus, tendo como pressuposto proporcionar ao aluno a formação necessária para o desenvolvimento de sua potencialidade, preparação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania.

[...] visa beneficiar as economias nacionais, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente os recursos humanos de nível intermediário de que o País precisa [...] (CUNHA, 1980, p. 95).

No que se refere ao projeto político-pedagógico da escola, sabe-se que o mesmo democratiza as decisões da escola, preocupando-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal o que permeia as relações no interior da escola, diminuindo as diferenças.

Assim, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: o primeiro referindo-se a escola como organização de uma educação formal com as suas estruturas e análises por meio de questões ligadas à gestão escolar, tais como liderança, clima escolar, tecnologia e educação, relações da escola pública com os contextos e com o Estado. O segundo como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade (VEIGA, 1995).

Nesta caminhada é ressaltado-se que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade, cuja atualização é apresentada a seguir.

2.3 A POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO: PREDISPOSIÇÕES E FUNDAMENTOS LEGAIS

O consenso atual em torno da educação foi gerado tanto por força das conquistas sociais quanto pela função exercida pela educação no processo de

desenvolvimento econômico, na disputa pelos mercados globalizados (KLIKSBURG, 2000), como mecanismo de fortalecimento da democracia (devido à preparação para a cidadania) e como processo de modernização das sociedades (TEDESCO, 2002).

Por mais que sejam identificados avanços, ainda somos um país muito atrasado no que se refere à extensão do direito à educação. Apesar de reconhecermos que ocorreram melhorias sociais, com a redução da pobreza extrema, no campo da Educação ocorreu um retrocesso, segundo Relatório UNESCO (2010). Pode-se então afirmar que uma das principais causas desse atraso é a estrutura federativa, uma vez que temos mais de seis mil sistemas, ou redes de ensino, dos quais a União é responsável pelo ensino superior, os Estados pelo ensino médio e os Municípios pela educação Infantil e o Ensino fundamental (GADOTTI, 2011).

As políticas educacionais cada vez mais apontam a necessidade de uma educação para todos. A escolarização no Brasil tem sido pauta de discussões, desde que se fala em educação pública com ensino de qualidade. A União, no que se refere à educação nacional, teve o seu papel redefinido em suas atribuições segundo a Lei nº 9131 de novembro de 1995, que determina a reformulação e avalia a política nacional da educação, zelando pela qualidade e fiscalizando as leis que a regem.

Assim o parágrafo primeiro do art. 8º da LDB estabelece que caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. Alguns pontos foram observados na agenda das políticas educacionais no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 na projeção de eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, assegurando o acesso e permanência da criança na Escola e favorecendo uma qualidade sustentável de educação (ENDIPE, 2010). É importante considerar então os documentos apresentados pelas escolas, seu PPP e as propostas do PNE, PDE e Plano Plurianual de Educação determinando o alcance no desenvolvimento proposto nesse trabalho, isto é, quais os reflexos dessas medidas nos resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação ou evasão dos alunos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Governo Federal em 2000 e regulamentado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 visa tratar da educação para todo o território nacional nos seus diversos níveis e modalidades, definindo as diretrizes de gestão e o financiamento da educação no âmbito referido e nos seus diversos níveis e modalidades de ensino. Tem como objetivos a elevação do nível de escolaridade da população, melhoria da qualidade de ensino, o acesso e a permanência na escola, na democratização da gestão do ensino público. Para tanto, deve obedecer ao princípio de participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola e a participação da comunidade local representada pelos Conselhos Escolares, ou equivalentes.

Tendo como o foco a análise das políticas públicas e os investimentos realizados na área da educação, verifica-se que o PNE, em seu projeto de Lei, prevê a ampliação progressiva dos investimentos públicos na área da educação, como forma de atender o cumprimento das metas estabelecidas.

O Plano Plurianual de Educação em seu art. 10 determina que as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE - 2011/2020 - e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução, o que justifica a forma descentralizada de gerir os recursos.

Como estratégias previstas no PNE, destacam-se a criação de estratégias para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental, bem como o fortalecimento, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola por parte dos beneficiários do programa de transferência de renda e garantir em regime de colaboração a frequência e o apoio à aprendizagem.

No campo da gestão, destacam-se a municipalização do ensino, atualização, manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental. A LDB de 1996, em seu art. 12, prevê que: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o que na verdade representa a forma de a escola possuir autonomias

financeira, administrativa e pedagógica. A questão da autonomia financeira, aqui enunciada, é um aspecto crucial para o estudo, questão abordada a seguir.

2.4 MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DISPOSITIVOS E TRANSFERÊNCIAS FISCAIS

Com o objetivo de amenizar as diferenças regionais, a CF/88 prevê transferências das parcelas das receitas federais arrecadadas pela união que devem ser repassadas aos estados, ao distrito federal e aos municípios promovendo o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios. As principais transferências para os entes da federação, previstas na Constituição Brasileira, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Desses repasses, serão considerados apenas aqueles que se direcionam à educação, mais especificamente, o FUNDEF, que posteriormente foi substituído pelo FUNDEB.

Sob o mesmo propósito de repartir impostos em função do número de alunos, a Emenda Constitucional nº. 53, de 2007, institui o Fundo da Educação Básica, o FUNDEB, alcançando não só o Ensino Fundamental, como também, a educação infantil e o ensino médio.

O FUNDEB ampliou o percentual e a base de financiamento; atingindo 20% das transferências que anteriormente eram destinadas ao FUNDEF, sendo acrescidas do Imposto de propriedade de Veículos Automotores (IPVA) , do Imposto de Transmissão "*Causa Mortis*" – ITCMD e da quota-parte municipal do Imposto Territorial Rural – ITR.

As ações supletivas e redistributivas, previstas nos quatro parágrafos do art. 75 da LDB/96, destinam-se à possibilidade de a união e os estados transferirem recursos financeiros suplementares aos estados e municípios, respectivamente. Conforme reza o

§1º, as definições sobre essas ações supletivas e redistributivas obedecerão “à fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo estado, do distrito federal ou do município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino”.

No que se refere ao repasse dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos governos estaduais e municipais, esses se realizam, por meio das secretarias de educação que coordenam os programas destinando verbas específicas para a merenda escolar, compra de materiais de expediente, conforme o número de alunos de cada estabelecimento escolar.

As normas fixadas pela LDB/96, quanto ao cumprimento dos dispositivos legais e o repasse dos recursos provenientes do Governo Federal à educação, é feito de forma automática sendo que, a união aplica, anualmente, nunca menos de 18% e aos estados, DF e municípios, 25%, da receita resultante de impostos, segundo art. 212 CF.

Os percentuais mencionados, tanto na Constituição como na LDB/96, são mínimos, sendo que as diferentes esferas do poder público podem aplicar percentuais maiores na manutenção e desenvolvimento do ensino público (MDE).

Os recursos financeiros necessários para que a escola tenha condições de oferecer uma educação de qualidade devem ser geridos por determinação dos sistemas de ensino, os quais têm autonomia no que tange à administração das prioridades. Em consequência, conforme determina o art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/96), “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira observadas as normas legais de direito financeiro público”. Tal dispositivo assegura, portanto, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentado como um plano executivo de governo de responsabilidade do MEC que tem por finalidade operacionalizar as metas para redução das desigualdades sociais e regionais servindo como complementar do PNE, oportunizando igualdade de condições de acesso a uma educação de qualidade a cada estabelecimento de ensino e a autonomia financeira para a avaliação e aplicação dos recursos liberados pelos governos federal, estadual e municipal.

O planejamento financeiro deve estar em concordância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, uma vez que as metas e os objetivos definidos nesse documento indicarão como e onde investir, garantindo o funcionamento da instituição escolar em condições satisfatórias. Mesmo com autonomia para gerir os recursos, as decisões têm de ser tomadas em conjunto com a comunidade escolar, pois em uma gestão democrática, cada sistema de ensino estabelece metas a serem atingidas a partir das prioridades.

Em relação às transferências obrigatórias do MEC aos entes federados, como o da merenda escolar, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Programa Dinheiro Direto na Escola, o repasse é direto, feito com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento (MEC, 2011).

No que se refere ao repasse constitucional, no mínimo 60% dos recursos alocados, devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. São considerados profissionais do magistério os docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Além disso, o Governo Federal libera o salário educação, recolhido pelas empresas sob a forma de contribuição social e fonte adicional de financiamento da educação básica pública, conforme especificado na CF /88, art. 212, § 5º. Ou seja, compete ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a função de redistribuir a contribuição social do salário-educação, conforme especificado abaixo:

- a) **Cota federal**¹ – correspondente a 1/3 do montante dos recursos, é destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os municípios e os estados brasileiros.
- b) **Cota estadual e municipal**² – correspondente a 2/3 do montante dos recursos, é creditada mensal e automaticamente em favor das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o

¹ Grifo nosso.

² Grifo nosso.

financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica.

A cota estadual e municipal da contribuição social do salário-educação é integralmente redistribuída entre os estados e seus municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes de ensino, conforme apurado no censo escolar do exercício anterior ao da distribuição efetiva. Os 10% restantes do montante da arrecadação do salário-educação são aplicados pelo FNDE em programas, projetos e ações voltadas para a educação básica (FNDE, 2011).

Com a finalidade de prestar assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do distrito federal em caráter suplementar, o governo federal criou, em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Tal recurso é utilizado na implementação de projetos pedagógicos, no desenvolvimento de atividades educacionais, na avaliação de aprendizagem, na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, na aquisição de material permanente, quando receberem recursos de capital na manutenção, conservação e pequenos reparos da infraestrutura física da escola.

Os recursos transferidos pelo Governo Federal, independentemente de convênio ou instrumento similar, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, segundo informações do plano plurianual 2010- 2012 de educação, são:

- a) Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE): O PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Atende ensino fundamental e infantil. Seus valores são repassados conforme Censo Escolar do ano anterior correspondente a 0,30 aluno /dia, para o período de 200 dias letivos;
- b) Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE): O PNATE foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e foi alterado posteriormente pelo Art. 2º da Lei nº 11.947 de 2009, tendo proposta a sua

execução a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei. Tal programa tem por finalidade garantir o acesso à educação dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural, custeando o oferecimento de transporte escolar. O município de Caxias do Sul transporta 1764 alunos da rede municipal e 736 da rede estadual, totalizando 2.500 alunos.

Quadro 2 - Previsão de atendimentos do PNATE em Caxias do Sul - Ano base 2009 - Exercício 2010

Rede Municipal	Rede Estadual	Total de alunos	Gasto por aluno	Recurso Municipal	Recurso Estadual	Recurso Total
2079	1303	3382	123,26	256.252,17	160.604,42	416.856,59

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011)

Capacitação dos profissionais da educação básica que atuam nas escolas públicas da educação infantil. Dados levantados no ano 2010 informam que foram atendidos mais de 168 mil professores, com investimento realizado em torno de R\$ 49,5 milhões. A formação continuada de professores tem como público-alvo os professores de educação-básica, bem como os diretores de escola, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação. Já, no ano de 2009, foram atendidos cerca de 34 mil professores nesses cursos de formação continuada, elevando com isso o número de atendimentos.

Com o objetivo de avaliar as tecnologias educacionais inovadoras destinadas à promoção da qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades, foram beneficiados, no ano de 2010, mais de 500 mil alunos por meio das tecnologias educacionais de correção de fluxo e com a realização de feiras e eventos educacionais,

totalizando o investimento na ordem de mais de R\$ 46 milhões. O desenvolvimento de sistemas estatísticos e avaliações exclusivas, que servem de subsídio direto à consecução dos vários programas educacionais, são obtidos a partir do fornecimento de dados e de indicadores quantitativos e qualitativos. Anualmente, o Censo da Educação Básica e o Censo da Educação Superior realizam coleta de informações sobre matrículas, docência e condições de oferta, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

No que se refere ao controle da aplicação de recursos públicos na educação é feito por internamente por meio da Controladoria Geral do Município. De forma externa, é realizado por meio do controle do Tribunal de Contas, bem como do Poder Legislativo. Quanto ao controle social, este é realizado nas próprias unidades de ensino, sob a responsabilidade dos respectivos Conselhos Escolares.

Os Programas de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM), criados em 1997, promovem cursos de atualização para os dirigentes municipais com base no conjunto de leis que são aprovados pelo Congresso Nacional. Sendo uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio do Projeto Nordeste e do Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Banco Mundial (BM). O PRASEM desempenha papel fundamental na disseminação e divulgação dos programas e políticas educacionais e na implementação da reforma educacional impulsionada pelo novo ordenamento jurídico, estabelecido a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Emenda Constitucional nº 14/96, que cria os Fundos Estaduais de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDFE).

2.5 O MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A PARTIR DOS RECURSOS ALOCADOS PELOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

No município de Caxias do Sul, a distribuição dos recursos financeiros alocados é realizada conforme previsto na LDB/96, ou seja, 25% dos impostos são direcionados para Educação, juntamente com a verba proveniente do Governo Federal. Não dependem nestes termos de adesão a projetos específicos, sendo garantidos por legislação, pois são recursos do governo federal.

Quadro 3 - Recursos destinados à Educação Municipal

PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Formação de Professores
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

Fonte: Secretaria da Educação do Município de Caxias do Sul (SMED, 2010).

Os encargos do governo são financiados por recursos obtidos de forma variada, sendo que o mecanismo de distribuição intervém diretamente na distribuição

orçamentária, podendo interferir na redução das desigualdades, na renda e no consumo. Os tributos arrecadados pelo município e destinados a complementar as necessidades da educação municipal são os abaixo denominados:

- a) Receita tributária própria de impostos municipais: Imposto Territorial Urbano(IPTU); Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN);
- b) Transferências correntes: Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto Territorial Rural (ITR); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Ademais, conforme disposto legalmente, as escolas não estão autorizadas a cobrar quaisquer taxas aos alunos, e os recursos devem ser direcionados para compra de material de consumo, recreação e educação física, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, higiene e limpeza, material escolar, didático, expediente e pedagógico.

A esse respeito, a LDB/96, no seu art. 70, prevê que:

as despesas consideradas para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) são direcionadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: pagamento e capacitação de pessoal, transporte escolar e material didático-pedagógico, infraestrutura da escola.

As despesas não consideradas MDE (Art. 71, LDB/96) são relacionadas com o recurso para a merenda escolar e assistência à saúde do estudante, obras de infraestrutura urbana, pessoal cedido para fora do sistema de ensino, subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural. Isto não significa, porém, que as diferentes esferas do poder público (união, estados, distrito federal e municípios) não possam realizar as atividades descritas. Este dispositivo apenas impede que sejam computadas indevidamente como despesas de “MDE”.

Quadro 4 - Distribuição dos Recursos do Governo Federal

2007	2 bilhões
2008	3,2 bilhões
2009	5,1 bilhões
A partir de 2010	10% do total de recursos do fundo

Fonte: Departamento de Finanças SMED Caxias do Sul (2011)

Conforme dados do FUNDEB, no estado do Rio Grande do Sul, o valor anual por aluno resultou em valor superior ao definido nacionalmente para o ensino fundamental. Portanto, ele não integra a lista dos estados que receberam complementação da união, de acordo com o Quadro 4, acima, onde é possível verificar-se o montante de recursos distribuídos no período 2007-2010.

A fórmula de domínio público está apresentada na Constituição Federal de 1988, em sua emenda nº 14 (Criação do FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007 que determina 15% das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação do Município (FPM), do Imposto de Importação-Exportação (IPI) e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e que são retidas pelos Estados, os quais formarão com esses recursos, um fundo que devolverá a cada instância (estados e municípios) um valor anual, em moeda corrente.

Os recursos originários dos entes estaduais e municipais, verbas federais que integram a composição do FUNDEB, a título de complementação financeira, tem por objetivo assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05 em 2011) a cada estado da Federação, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos governos locais. O aporte de recursos do governo federal ao FUNDEB, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008,

aproximadamente R\$ 5,1 bilhões para 2009 e, a partir de 2010, alcançou os 10% da contribuição total de estados e município, conforme tabela abaixo (FUNDEB, 2011).

Apresenta-se no quadro 5 o aporte proveniente do governo Federal correspondente ao número de aluno, e o valor per capita:

Quadro 5 - Distribuição/aporte do Governo Federal por Aluno Valor Per Capita Nacional

SÉRIES	VALOR PER CAPITA NACIONAL	VALOR PER CAPITA RS
Inicial Ensino Fund. Campo	R\$ 1.132,32	R\$ 1.683,93
Inicial Ensino Fund. Urbano	R\$ 1.188,94	R\$ 1.768,13
Inicial Ensino Fund. Campo	R\$ 1.245,55	R\$ 1.852,32
Inicial Ensino Fund. Urbano	R\$ 1.302,17	R\$ 1.936,52

Fonte: Dados FUNDEB (2008)

Por fim, sabe-se que os efeitos dos investimentos em educação podem ser os mais variados e ocorrerem em diversas dimensões. Por um lado, esses investimentos podem ser concretizados pela quantidade da educação através do aumento da oferta de vagas nas escolas. Por outro lado, os investimentos em educação podem diferenciar-se conforme o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação básica, média, superior ou técnica. Apesar da possibilidade de se avaliar o impacto destas diferentes formas de investimento, neste trabalho, a análise

é feita considerando-se a relação dos investimentos com a evasão, aprovação e permanência nas escolas do município de Caxias do Sul. É o que se pretende realizar a partir dos dispositivos apresentados a seguir.

2.5.1 Recurso proveniente do resultado da Prova Brasil

A Prova Brasil é uma avaliação de rendimento escolar aplicada aos alunos de escolas públicas e compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Desenvolvida e realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) sua primeira aplicação ocorreu em novembro de 2005 e foi realizada em 5.387 municípios de todas as unidades da Federação, avaliando 3.392.880 alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, distribuídos em 125.852 turmas de 40.962 escolas públicas urbanas com mais de 30 alunos matriculados na série avaliada. São aplicadas provas de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e Matemática. Além das provas, os alunos respondem a um questionário que coleta informações sobre seu contexto social, econômico e cultural, os quais são utilizados para as informações sobre o perfil socioeconômico dos estudantes obtidas.

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxas de rendimento escolar – aprovação e reprovação - obtida a partir do Censo Escolar, e das médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo MEC/INEP realizados anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, sendo apresentado numa escala de 0 a 10, a qual é comparada nacionalmente e expressa em valores. São considerados os resultados mais importantes da educação: a aprendizagem e o fluxo escolar.

Ele nasceu como condutor de políticas públicas pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados e municípios. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino.

Segundo informações da SMED Caxias do Sul, a rede municipal obteve 5.4 na escala de desempenho dos anos iniciais e 4.9 nos anos finais, o que superou as metas estabelecidas pelo MEC para 2009 e 2011.

A figura apresenta o IDEB das Escolas do Município em Caxias do Sul, conforme dados da secretaria de educação.

Tabela 1 - IDEB Resultados e Metas

IDEBs observados em 2005-2007-2009-2011 e Metas para rede Municipal - CAXIAS DO SUL³

Ensino Fundamental	IDEB Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,4	5,1	5,4	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos Finais	4,1	4,4	4,9	4,2	4,3	4,6	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1

Fonte: <http://www.caxias.rs.gov.br/educacao/texto.php?codigo=256>

Verifica-se que os resultados obtidos, nos anos finais, são inferiores aos obtidos nos anos iniciais e, os determinantes desses resultados podem estar ligados a questões sociais, familiares, números de alunos por turma, qualificação dos professores, recursos e infraestrutura da escola. No entanto, sendo a questão determinante de pesquisa a relação entre os resultados obtidos ao longo do ano letivo e os investimentos em educação, tal pesquisa pode ser utilizada para estudos futuros.

³ Para maiores detalhes sobre a definição e construção do Ideb, consultar a publicação Índice de Desenvolvimento da Educação Básica(Ideb), .inep.gov.br.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo destina-se a caracterizar o tipo de pesquisa e suas peculiaridades nessa investigação, iniciando pela abordagem de pesquisa, o tipo de pesquisa, os procedimentos a serem mobilizados na atividade de coleta, as técnicas de coleta dos dados e a de análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo tem por objetivo verificar possíveis relações entre o montante de recursos investidos no campo da Educação pelos governos Federal, Estadual e Municipal para atenuar disparidades sociais e regionais, os percentuais de repasse, legalmente definidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação, e o montante efetivamente recebido pelas escolas integrantes da pesquisa.

A pesquisa é do tipo exploratória, com apoio em entrevistas semi-diretivas e análise documental. Para Gil (2010, p. 43), as “[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. É utilizada quando o tema do estudo ainda é pouco explorado, porque a pesquisa exploratória visa desenvolver conceitos e ideias para futuros trabalhos. Entretanto, segundo este mesmo autor, as pesquisas exploratórias aproximam-se das pesquisas descritivas quando têm por objetivo proporcionar uma visão mais clara do problema. Nesse sentido, ela

[...] responde a questões muito particulares, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003, p. 21).

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Assim, o estudo propõe-se a descrever características de determinada população ou fenômeno, por meio de instrumentos, tais como entrevistas e análise documental. O método a ser utilizado foi o do estudo de caso qualitativo e quantitativo, necessário quando se investiga um fenômeno social.

O Estudo de Caso, de acordo com Yin (2005, p. 27), “[...] é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”, envolvendo, respectivamente, um estudo profundo e exaustivo de maneira que se permita o amplo e detalhado conhecimento da realidade de cada uma das escolas. Complementando o estudo dos eventos da vida real, dados documentais, sejam concernentes aos valores liberados pela diferentes instâncias governamentais ou relativos aos processos administrativos levados a efeito no âmbito das unidades escolares participantes do estudo.

A pesquisa se define, portanto, como quali-quantitativa, dado que tal como o próprio nome sugere, representa uma combinação das duas pesquisas: a qualitativa e a quantitativa. A primeira por meio de entrevista semi-estruturadas, representando a busca de dados primários; e, a segunda, com dados secundários, a partir da análise dos documentos acessíveis junto à SMED, bem como informações coletadas junto ao Portal do MEC.

3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

A delimitação da população ou do universo, segundo Figueiredo e Souza (2008), refere-se à escolha de determinado grupo ou quantidade de elementos que constituirão

o objeto de estudo. Ainda, declaram que tal determinação “envolve informações acerca da população a ser estudada e os métodos de amostragem utilizada para delimitação da amostra.” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2008, p. 32).

A coleta de dados foi desenvolvida por meio de entrevistas em oito escolas do ensino fundamental de Caxias do Sul, abaixo denominadas. Posteriormente, a partir da análise documental, foram coletadas informações de sete escolas, com perfis similares ao das escolas entrevistadas, a fim de estabelecer-se a correlação, contendo os respectivos valores referentes aos recursos financeiros. A seleção das unidades de pesquisa decorre do critério de intencionalidade do pesquisador, sendo que o número de alunos determina o recurso financeiro liberado pelo município de Caxias do Sul, a cada uma das escolas.

O segundo critério concerne o comprometimento e disponibilidade da equipe diretiva, nas unidades escolares acima referidas, em cooperar com a pesquisa, seja facilitando o acesso aos dados, seja inserindo-se como agentes participantes da etapa de pesquisa a ser realizada por meio de entrevistas, sendo as escolas entrevistadas e o respectivo número de alunos apresentados abaixo.

Quadro 6 - Escolas investigadas e número de alunos matriculados em 2013

Escolas	Número de alunos
1.EMEF Aristides Rech	42
2.EMEF Erico Veríssimo	429
3.EMEF João de Zorzi	386
4.EMEF.Papa João XXIII	726
5.EMEF Caldas Junior	550
6.EMEF Renato João Cesa	937
7.EMEF Basilio Tcacenco	965
8. EMEF Rosário de São Francisco	713

Fonte: Entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2013

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A realização da pesquisa ocorreu em duas etapas. Na **primeira etapa**, o trabalho de coleta dos dados foi efetuado por meio de entrevistas semiestruturadas com as diretoras dos estabelecimentos de ensino contemplando informações quanto à estrutura física da escola, recursos tecnológicos e pedagógicos disponíveis ao professor. As entrevistas foram gravadas com autorização da pessoa envolvida na pesquisa e, posteriormente, deglavadas. A transcrição foi, por fim, submetida às pessoas interessadas, permitindo complementações ou para validação final. No âmbito da unidade escolar integrante da pesquisa, a coleta foi desenvolvida considerando-se os seguintes critérios:

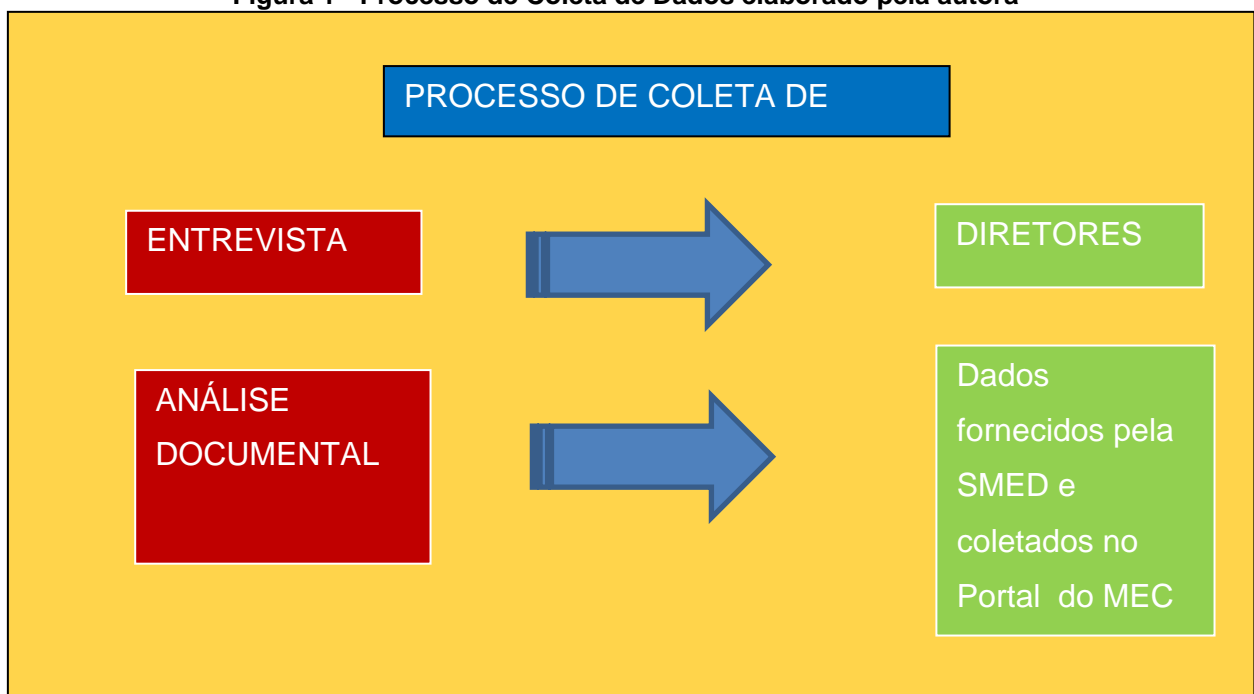
- a) Número de alunos por turma e total geral;
- b) Número de professores;
- c) Carga horária dos professores;
- d) Estrutura física da escola (biblioteca, recursos tecnológicos, laboratórios);
- e) Nível de qualificação dos professores (graduação, pós-graduação, extensão e outros).

No que tange ao desempenho escolar, o levantamento abrange as turmas que apresentam um professor único e diversos professores, respectivamente entre a 5ª e a 7ª séries (6º ano e 8ºano) nas respectivas unidades escolares em estudo. Tal escolha baseou-se no fato dessas séries apresentarem uma maior incidência de reprovação, uma vez que os alunos deixam de ter um professor único, passando a ter diversos professores, fazendo a análise dos relatórios apresentados pelas escolas, sob a autorização da SMED quanto aos recursos liberados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como quanto aos resultados finais relativos à aprovação e permanência ocorrida no período visado na pesquisa, isto é, de 2010 a 2012.

Na **segunda etapa** de investigação realizou-se a análise documental, envolvendo, sobretudo, os relatórios dos resultados finais apresentados pelo setor de escrituração da SMED, relativos aos alunos das turmas pesquisadas, quanto ao número de alunos matriculado, à aprovação, reprovação e evasão no último triênio, ou

seja, no período 2010-2012. Além disso, foram apresentados os recursos financeiros referentes à Autonomia Financeira e PDDE, coletados na SMED, bem como nos sites do MEC, FNDE, Prefeitura de Caxias do SUL. Esses dados foram posteriormente confrontados com as disponibilidades relativas à pessoal, recursos materiais e infraestrutura das escolas, a fim de estabelecer um comparativo entre os resultados. Resumidamente apresenta-se o processo de coleta de dados através da figura abaixo:

Figura 1 - Processo de Coleta de Dados elaborado pela autora



Fonte: Projeto de Pesquisa

3.4 MÉTODO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Moraes (1994) sugere como método para análise dos dados coletados na perspectiva da técnica escolhida, cinco etapas para organização do material, respectivamente: a) Preparação das informações; b) Transformação do conteúdo em unidades; c) Classificação das unidades em categorias; d) Descrição; e, por fim, e)

Interpretação. O autor sublinha que a técnica de coleta deve estar alinhada com o tipo de dado que o desenvolvimento do trabalho exige, estando, no caso, coerente com o disposto acima.

O estudo caracterizou-se por uma pesquisa quali-quantitativa, sendo a transformação do conteúdo em unidades permitiu a análise qualitativa, a partir da análise das entrevistas e os dados estatísticos determinaram a análise quantitativa. A regressão simples, por sua vez, foi utilizada como resultado de uma equação matemática descrevendo o relacionamento entre os recursos liberados pelos governos federal, estadual e municipal, no período de 2010-2012, com os resultados informados pelas unidades escolares que foram analisados durante o triênio. Quanto à análise por regressão, estimou-se como variável condicional (valor esperado) de uma variável y (*investimentos*), e os valores de outras variáveis x (*resultados*).

Considerando-se a atividade de análise, propriamente dita, dos dados coletados e na indispensável integração entre os dados quantitativos e qualitativos, utilizou-se o recurso da análise de conteúdo. A definição do método mencionado se define como um conjunto de técnicas das comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição dos conteúdos das mensagens indicadores (qualitativos ou quantitativos) que permitam a inferência dos conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 2011).

Sendo assim, a análise dos dados foi elaborada a partir das categorias representadas na figura 2 a seguir:

Figura 2 - Estrutura da Análise de Dados elaborada pela autora



Fonte: Projeto de Pesquisa

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO RESULTADOS

A apresentação e análise dos resultados contempla os seguintes itens: entrevista semiestruturada com os diretores das escolas e análise documental com dados coletados junto à Secretaria de Educação do Município e via site do Portal do MEC.

Foram entrevistados oito diretores de escolas, sendo um representante de escola rural, além da coleta de informações documentais de sete escolas com características importantes para a pesquisa. Tal coleta foi norteada pelos seguintes tópicos:

- a) Contextualização e Estrutura da Escola: Recursos Tecnológicos e Pedagógicos;
- b) Dados referentes aos recursos provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipal direcionados às escolas: FNDE, PDDE, PDE;
- c) Recursos referentes à Autonomia Financeira proveniente do Município;
- d) Resultados finais dos alunos do 6º ano e 8º ano quanto à aprovação, reprovação e evasão no triênio 2010-2012.

4.1 CARÁTER FINANCEIRO

4.1.1 Contextualização e Infraestrutura da Escola

Neste item apresentam-se os resultados das entrevistas quanto à contextualização e estrutura das escolas entrevistadas. Os dados coletados foram analisados a partir de categorias apresentadas com análise de conteúdos de algumas falas selecionadas dentre a população investigada de oito diretores de escolas situadas em diferentes regiões do município de Caxias do Sul.

Inicialmente apresentam-se as questões quanto à estrutura física das escolas entrevistadas, com a finalidade de coletar informações referentes à disponibilidade e funcionamento dos recursos disponíveis, tais como laboratórios, salas especiais, biblioteca, professores habilitados para atendimento nos laboratórios de informática.

Todas as escolas entrevistadas apresentam biblioteca, laboratório de informática e sala de recursos, tendo suas particularidades quanto às questões referentes ao número de equipamentos disponíveis, no laboratório, dependendo do número de alunos. Quanto à disponibilidade da sala de recursos, todas as escolas investigadas dispunham de sala de recursos e biblioteca, apesar de algumas estarem em fase de reestruturação devido ao processo de inclusão social, o que, conforme Alves (1995), define a escola como organização de uma educação formal, tem como finalidades e funções, estruturas e análises de questões ligadas à gestão escolar, tais como liderança, clima escolar, tecnologia e educação, sendo que a questão referente aos recursos disponíveis na escola, apresenta-se as falas retiradas das entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2013.

Cabe ressaltar que a Autonomia Financeira recurso designado a cada uma das escolas, é proporcional ao número de alunos e tal verba é destinada à manutenção e melhorias na infraestrutura necessárias na escola.

Quadro 7 - Relação das entrevistas realizadas entre os meses de abril e junho de 2013

Escolas com até 500 alunos	Entrevistas 1 a 3
Escolas com mais de 500 alunos	Entrevistas 4 a 8

Fonte: A autora

Em consonância com o objetivo geral da pesquisa, que é estabelecer um paralelo entre as políticas educacionais e os investimentos financeiros em educação, buscou-se inicialmente conhecer as características da escola quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis. Assim as falas apresentadas correspondem às entrevistas (E) realizadas respectivamente com os gestores de escolas com até 500 alunos. Foi

possível perceber que as escolas, de forma geral, apresentam boa infraestrutura, dispondo de laboratórios de informática e salas de recursos. No entanto, em E(1), por tratar-se de uma escola na zona rural, além de o espaço reduzido, os computadores foram instalados na biblioteca e os professores não participaram dos cursos de capacitação para ministrarem aulas nos laboratórios. A fala a seguir é da professora coordenadora, designada como professora responsável pelas ações.

Quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis, a escola possui laboratório de informática que foram implantados em 2008. Dispomos de cinco equipamentos e a manutenção é feita com recursos da Autonomia Financeira. Não dispomos de professores habilitados para trabalharem nos laboratórios, devido à distância de Caxias do Sul, os professores não conseguiram participar dos cursos oferecidos pela SMED. Não dispomos de uma sala específica de recursos e quanto à biblioteca, está sendo estruturada (Informação Verbal).⁴

Na entrevista E(2), o contexto, apesar de ser de uma escola considerada de zona rural, segundo informações da SMED, identificam-se particularidades, quanto ao número de alunos, número de professores e séries oferecidas, bem como eleição de diretores.

A escola apresenta 450 alunos e 38 professores e o nível socioeconômico da comunidade, segundo a SMED é considerado médio a baixo com muitos alunos com vulnerabilidade social, sendo beneficiados pelo programa do Bolsa Família.

Quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis na escola temos laboratório de informática com 19 computadores implantados no ano de 2008. Dispomos de sala de recursos, que foi estruturada com a finalidade de atender os alunos no programa Mais Alfabetização e temos biblioteca com acervo que é renovado periodicamente (Informação Verbal).⁵

A entrevista E(3) refere-se a uma escola localizada na zona urbana de Caxias do Sul e a diretora, ao responder às questões quanto à estrutura e recursos disponíveis na escola, ressaltou que, para ela, a maior preocupação seria com o rendimento dos alunos, muito mais que a infraestrutura, uma vez o baixo desempenho dos alunos na Prova Brasil evidenciou a necessidade de priorizar o processo de

⁴ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista I.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

⁵ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista II.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

aprendizagem . Essa escola localiza-se no bairro Fátima Baixo, com famílias em vulnerabilidade social, sendo beneficiadas pelo Programa da Bolsa Família.

Temos salas de recursos multifuncional e laboratório implantado em 2009. Foram instalados 15 equipamentos pelo Programa Pro-Info, recurso do governo Federal. A manutenção é feita pelo recurso da autonomia financeira e os professores são habilitados para prestar o atendimento aos alunos. Temos biblioteca e uma sala de linguagens e estamos renovando nosso acervo com a verba proveniente do Governo Federal, devido os resultados da Prova Brasil (Informação Verbal).⁶

A partir das entrevistas realizadas nas escolas acima mencionadas, apresenta-se a tabela 1 contendo o resumo, quanto ao número de alunos, número de professores e característica de formação das turmas.

Tabela 2 - Característica das Escolas com até 500 alunos

Escola	Localização	Nº de alunos	Nº de Professores	Séries	Turmas
EMEF Aristides Rech	Distrito de Criúva	42	4	Ed. Infantil 1º ao 5º ano	Classes Multiseriadas
EMEF Érico Veríssimo	Distrito de Vila Seca	429	38	Até 9º ano	Séries Únicas
EMEF João de Zorzi	Bairro Fátima Baixo	386	30	Até 9º ano	Séries Únicas

Fonte: Pesquisa de Campo

Os relatos a seguir representam as falas das diretoras de escolas com número de alunos entre 500 e 1000 alunos. São escolas com uma estrutura física maior, que

⁶ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista III.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

funcionam nos três turnos, uma vez que atendem também alunos do EJA. Os alunos, são na maioria de média/ baixa renda, segundo classificação da SMED. As famílias possuem de dois a quatro filhos, cujos pais têm como formação o Ensino Fundamental e alguns poucos fizeram o Ensino Médio. No entanto, segundo informações unânimes das diretoras, são comunidades participativas e envolvidas com os eventos promovidos pela escola. A fala a seguir refere-se à diretora de uma Escola com 726 alunos, nas proximidades do Aeroporto de Caxias do Sul. Foi possível verificar que quanto à estrutura, a escola estava bem equipada, com laboratório, sala de recursos multifuncionais, biblioteca.

Quanto aos recursos e infraestrutura disponíveis na escola, temos laboratório de informática que foi instalado em 2004. O laboratório possui 20 equipamentos e um notebook. A manutenção é feita com recursos da Autonomia Financeira e os professores são habilitados para ministrar as aulas. Além disso, temos uma biblioteca com um bom acervo que é renovado periodicamente. A nossa escola também possui sala de recursos multifuncionais para atender os alunos com dificuldades (Informação Verbal).⁷

Considerando-se as características estruturais das escolas, a entrevista E(5) apresenta informações quanto à infraestrutura e recursos que se distinguem das demais escolas, uma vez que a mesma é beneficiada pelo projeto UCA (um computador por aluno cuja fala é descrita), sendo uma das ações do Programa Mais Educação o qual visa a ampliar os espaços e oportunidades educativas; com vista a ofertar novas atividades educacionais reduzindo a evasão, a repetência e distorções de idade-série, por meio de ações culturais, educativas, esportivas, de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de lazer (portal.mec.gov.br).

Nossa escola possui laboratório de informática e uma sala de recursos multifuncionais que conta com uma psicopedagoga, sendo utilizada para atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Temos um laboratório equipado com 18 computadores e nossa escola foi contemplada com o projeto UCA no ano de 2012 que é um computador por aluno, sendo utilizado diariamente durante nas aulas. Os professores são habilitados nos três turnos de funcionamento da escola. A manutenção dos equipamentos é feita

⁷ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista IV.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

por recursos da Autonomia Financeira. A biblioteca possui um acervo que é renovado periodicamente (Informação Verbal).⁸

Já as entrevistas a seguir referem-se às escolas com o maior número de alunos da amostra coletada, possuem em torno de 1000 alunos. São escolas que funcionam nos três turnos com um espaço superior às demais. Quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis nelas, pode-se afirmar que estão equipadas com laboratório de informática com mais de trinta (30) computadores, o que permite perceber que, como as turmas possuem entre 30 a 35 alunos, há disponibilidade de equipamentos individuais. Além disso, as escolas dispõem de salas de recursos multifuncionais, monitores para acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais e biblioteca bem equipada.

Temos salas de recursos e sala de atendimentos especiais para o programa Mais Alfabetização. São salas adaptadas, mas funcionam. Os laboratórios foram instalados em 2005 e em 2010 recebemos outras máquinas vindas do Programa Pró-Info e totalizamos 32 computadores. A manutenção é feita com recurso da Autonomia Financeira e dispomos de professores habilitados para atuarem nos três turnos. Temos uma biblioteca com acervo variado e os alunos fazem uso semanalmente (Informação Verbal).⁹

A fala seguinte refere-se à entrevista E(7). Nesta escola, a diretora recebeu-me com muita disposição e boa vontade, respondendo a todas às questões com “brilho no olhar” diante da proposta de pesquisa. Tal escola possui em torno de 1000 alunos, considerando-se os alunos do EJA. Possui 80 professores em atividade nos três turnos e, quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis na escola, a resposta é apresentada a seguir:

Nós temos 965 alunos e 80 professores com graduação e pós-graduação. Acolhemos a região da periferia, mas também temos famílias com melhores condições financeiras. Nossa escola possui laboratório de informática, instalado em 2001 com 25 computadores e também dispõe de uma sala de recursos audiovisuais. A manutenção é feita com verba da autonomia financeira e os

⁸ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista V.** (Mai. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

⁹ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VI.** (Mai. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

professores são habilitados para trabalharem no laboratório (Informação Verbal).¹⁰

A entrevista E(8) realizou-se em uma escola com 723 alunos, localizada em um bairro onde a grande maioria dos alunos são provenientes de famílias de baixa renda. A escola está equipada com sala de recursos, laboratórios e biblioteca, reiterando as respostas.

Temos laboratório de informática que foi implantado em 2008 com 18 computadores e os professores são habilitados para atuarem na sala de informática (Informação Verbal).¹¹

Observa-se que as respostas quanto à estrutura da escola, são semelhantes nas escolas investigadas. Apresenta-se o quadro resumo das respostas coletadas nas entrevistas quanto aos recursos e infraestrutura disponíveis na escola.

Quadro 8 - Equipamentos disponíveis nas escolas investigadas

Escola	Alunos	Equipamentos no Laboratório	Ano de Instalação
EMEF Aristides Rech	42	5	2008
EMEF Érico Veríssimo*	429	20	2002
EMEF João de Zorzi	386	15	2009
EMEF Papa João XXIII	726	20	2004
EMEF Caldas Junior	550	18 + UCA	2008/2012
EMEF Renato João Cesa	937	32	2005/2010
EMEF Basílio Tcacenco	965	25	2001
EMEF Rosário de São Francisco	713	18	2008

Fonte: A autora

¹⁰ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VII.** (Jun. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

¹¹ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VIII.** (Jun. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Torna-se possível verificar, no quadro 8, que a partir do ano de 2008 os recursos destinados à implantação de laboratórios foram mais efetivos, com algumas exceções que tiveram a implantação de seus laboratórios anteriormente. A manutenção dos equipamentos é feita com verba do LIEs o qual tem repasse efetuado juntamente com a Autonomia Financeira . Os valores não utilizados em manutenção durante o ano poderão ser destinados, no 3º quadrimestre para aquisição de peças e novos equipamentos de informática educativa. Caso o LIEs não seja usado durante o ano, deverá ser ressarcido aos cofres públicos, sendo vedada a cumulação de valores para o exercício subsequente.

4.1.2 Recursos do Governo

Neste item, apresentam-se os resultados das entrevistas quanto aos repasses dos governos Federal e Municipal nos períodos de 2010 a 2012. Os dados coletados são apresentados a partir das categorias quanto ao número de alunos, sendo entrevistas 1 a 3 para escolas com até 500 alunos e 4 a 8 com mais de 500 de alunos.

As informações apresentadas quanto aos recursos financeiros referentes à Autonomia Financeira (DECRETO 10.649, 2010) contemplam os programas: PDDE, PDE, Acessibilidade e Programa mais Educação. A autonomia financeira ,segundo informações coletadas, é direcionada a despesas fixas, enquanto que o PDDE objetiva dar apoio suplementar ao ensino, oferecer cobertura nas despesas de custeio, pequenos investimentos e projetos pedagógicos diferenciados. É direcionado exclusivamente ao aluno e tem caráter, priorizando os recursos didáticos, sendo proveniente dos governos Municipal e Federal respectivamente. Quanto aos recursos para o LIEs, estes são de uso exclusivo para a aquisição de equipamentos dos laboratórios de informática e para as Salas de Recursos Multifuncionais.

Assim o quadro apresenta os repasses do PDDE e da Autonomia Financeira do ano de 2010 liberados às escolas pesquisadas.

Tabela 3 - Recursos Financeiros 2010

Escola	Nº de alunos	PDDE (R\$)	Autonomia Financeira(R\$)
EMEF João de Zorzi	386	5.385,60	25.825,00
EMEF Gov. Roberto Silveira	431	5.385,60	25.825,00
EMEF Pe. Antônio Vieira	533	6.584,30	32.518,00
EMEF Caldas Junior	550	7.562,90	32.518,00
EMEF Papa João XXIII	726	6.326,00	43.677,00
EMEF Machado de Assis*(1)	710	9.583,50	43.677,00
EMEF Renato João Cesa	937	10.673,40	52.357,67
EMEF Basilio Tcacenco*	965	30.426,00	54.239,37
EMEF Erico Veríssimo	429	5.702,90	27.632,75
EMEF Aristides Rech**	42	1.535,00	7.165,79

Fonte: Autonomia Financeira- Setor Financeiro SMED; Valores PDDE- Site FNDE; Número de Alunos- Setor de Escrituração SMED

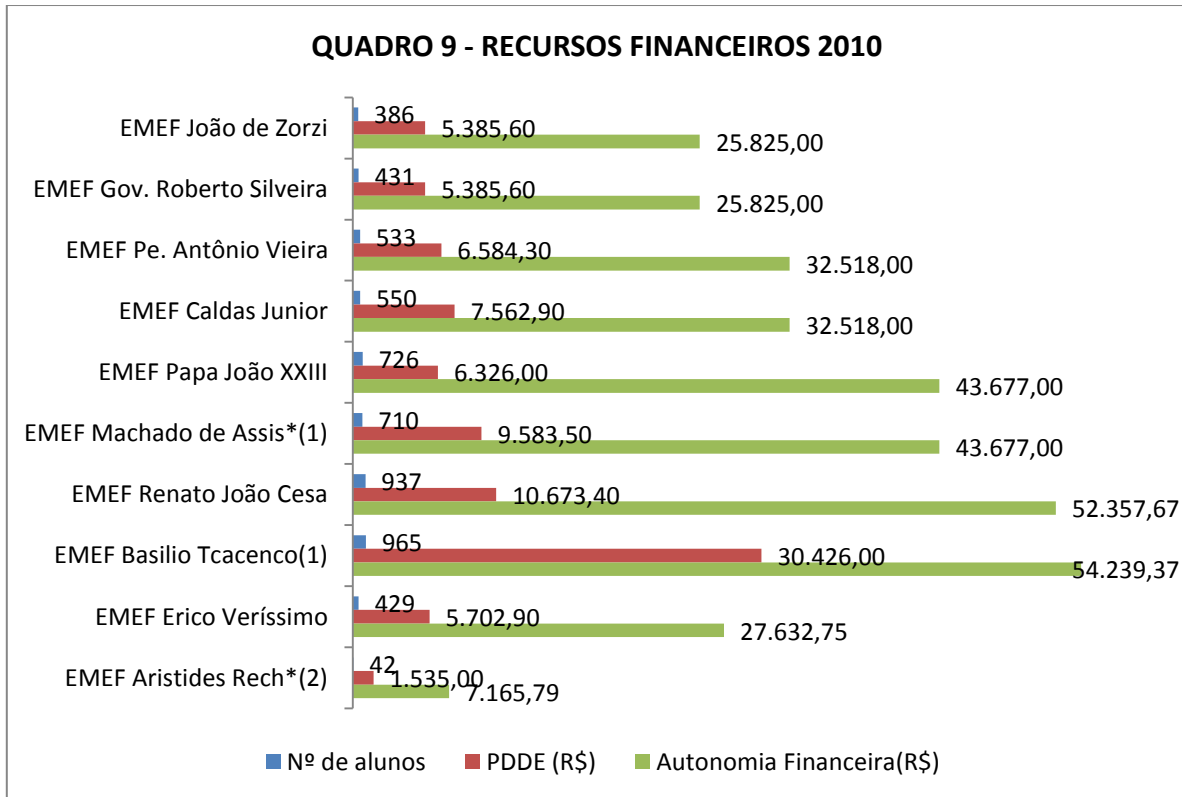
*R\$ 18.000,00 PDE

**R\$ 8.000,00 Verba do Governo Federal para Escolas do Campo

Os valores correspondentes aos recursos financeiros provenientes do Governo Federal, como os valores da Autonomia Financeira, estão vinculados ao número de alunos de cada uma das escolas, no entanto, com a edição da Lei Ordinária nº 12.695/2012, a União, por meio do Ministério da Educação, a autorização de transferência de recursos aos estados, municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações do Plano de Ações Articuladas (PAR), podendo ser aplicada na área da gestão educacional, formação de

profissionais de educação, nas práticas pedagógicas e avaliação, bem como em infraestrutura e recursos.

Gráfico 1 - Recursos Financeiros 2010



Fonte: A autora

O gráfico 1 demonstra que, no ano de 2010 os recursos quadrimestrais foram apresentados por faixas quanto ao número de alunos, correspondendo aos valores do ano de 2010. O recurso do PDDE, é direcionado, mais efetivamente, como suporte pedagógico o que leva a observar que, as escolas que receberam maiores recursos do PDDE em 2010, foi devido à liberação de recursos do Programa de Acessibilidade, ou PDE.

No decorrer do período, ou seja, 2011 e 2012, os recursos liberados, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Autonomia Financeira, foram reajustados. O PDDE é utilizado na implementação de projetos pedagógicos, no desenvolvimento de atividades educacionais, na avaliação de aprendizagem, na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, na aquisição de material

permanente. São transferidos pelo governo federal, independentemente de convênio ou instrumento similar, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, segundo informações do plano plurianual 2010- 2012.

Quadro 9 - Recursos Financeiros 2011

Escola	Nº de alunos	PDDE(R\$)	Autonomia Financeira(R\$)
EMEF João de Zorzi	422	12.127,30	27.632,75
EMEF Gov. Roberto Silveira (1)	425	18.385,60	27.632,75
EMEF Pe. Antônio Vieira (2)	507	14.047,30	34.794,26
EMEF Caldas Junior (3)	570	15.772,90	34.794,26
EMEF Papa João XXIII(4)	781	17.489,00	40.170,00
EMEF Machado de Assis	714	9.583,50	42.981,00
EMEF Renato João Cesa(5)	945	18.522,20	59.072,71
EMEF Basilio Tcacenco	995	10.837,20	54.239,37
EMEF Erico Veríssimo	443	5.625,20	29.843,00
EMEF Aristides Rech(6)	39	13.005,60	2.721,93

Fonte: Setor Financeiro SMED

(1) Recurso do PDE R\$ 13.000,00

(2) Recurso de Acessibilidade R\$ 8.000,00

(3) Recurso de Acessibilidade R\$ 8.000,00

(4) Recurso de Acessibilidade R\$ 8.000,00

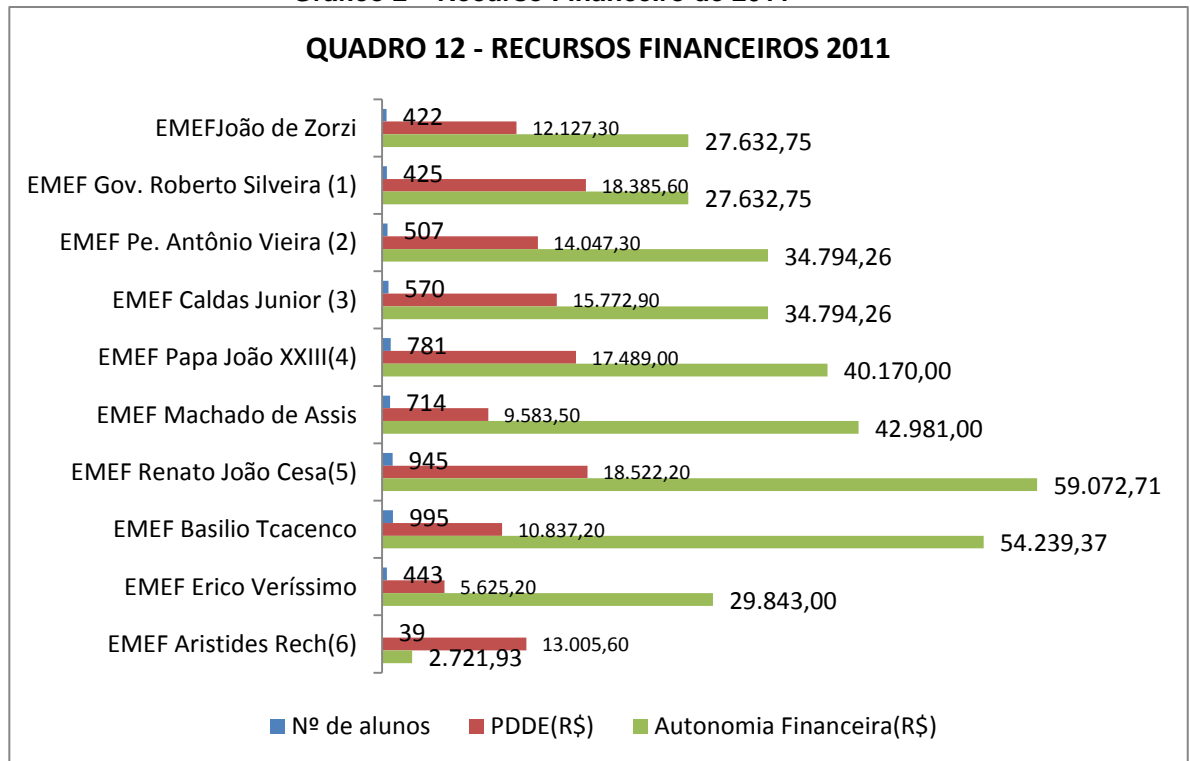
(5) Recurso de Acessibilidade R\$ 6.400,00

(6) Recurso PDDE Escola Rural R\$ 8.400,00

O recurso financeiro da Acessibilidade tem por objetivo adequar as condições da estrutura, facilitando o cotidiano escolar, conforme texto. [...] Os recursos destinam-se prioritariamente, à promoção da acessibilidade arquitetônica de 12.165 mil escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal [...] (.mec.gov.br)

Esse dinheiro poderá ser utilizado para aquisição de material para construção de rampas, alargamento de portas, adequação de corredores e sanitários, bibliotecas e quadras de esporte, também de cadeiras de roda, ou softwares específicos.¹²

Gráfico 2 – Recurso Financeiro de 2011



Fonte: Setor Financeiro SMED

Complementando a apresentação dos resultados que relacionam os recursos financeiros liberados pelos governos Federal e Municipal, o quadro demonstra os valores correspondentes ao ano de 2012, nas respectivas escolas.

¹² A verba do PDDE é composta de dois segmentos (custeio + capital), o que justifica, na apresentação do quadro abaixo, a redução dos valores alocados por algumas escolas, por não estarem constituídas de recursos extras (MEC, 2014).

As escolas em que houve a redução no número de alunos, também houve a redução do recurso da Autonomia Financeira.

Quadro 10 - Recursos Financeiros 2012

Escola	Nº de alunos	PDDE(R\$)	Autonomia Financeira(R\$)
EMEF João de Zorzi	417	5.095,80	25.825,00
EMEF Gov. Roberto Silveira	413	5.247,00	29.843,00
EMEF Pe. Antônio Vieira	537	6.007,40	37.578,00
EMEF Caldas Junior	570	6.642,11	40.584,00
EMEF Papa João XXIII*	758	9.344,10	40.170,00
EMEF Machado de Assis	670	6.969,22	46.420,00
EMEF Renato João Cesa	942	8.697,00	58.578,99
EMEF Basilio Tcacenco	981	10.749,00	54.239,37
EMEF Erico Veríssimo (1)	460	13.989,00	25.825,00
EMEF Aristides Rech	39	1.549,30	2.786,00

Fonte: Setor Financeiro SMED

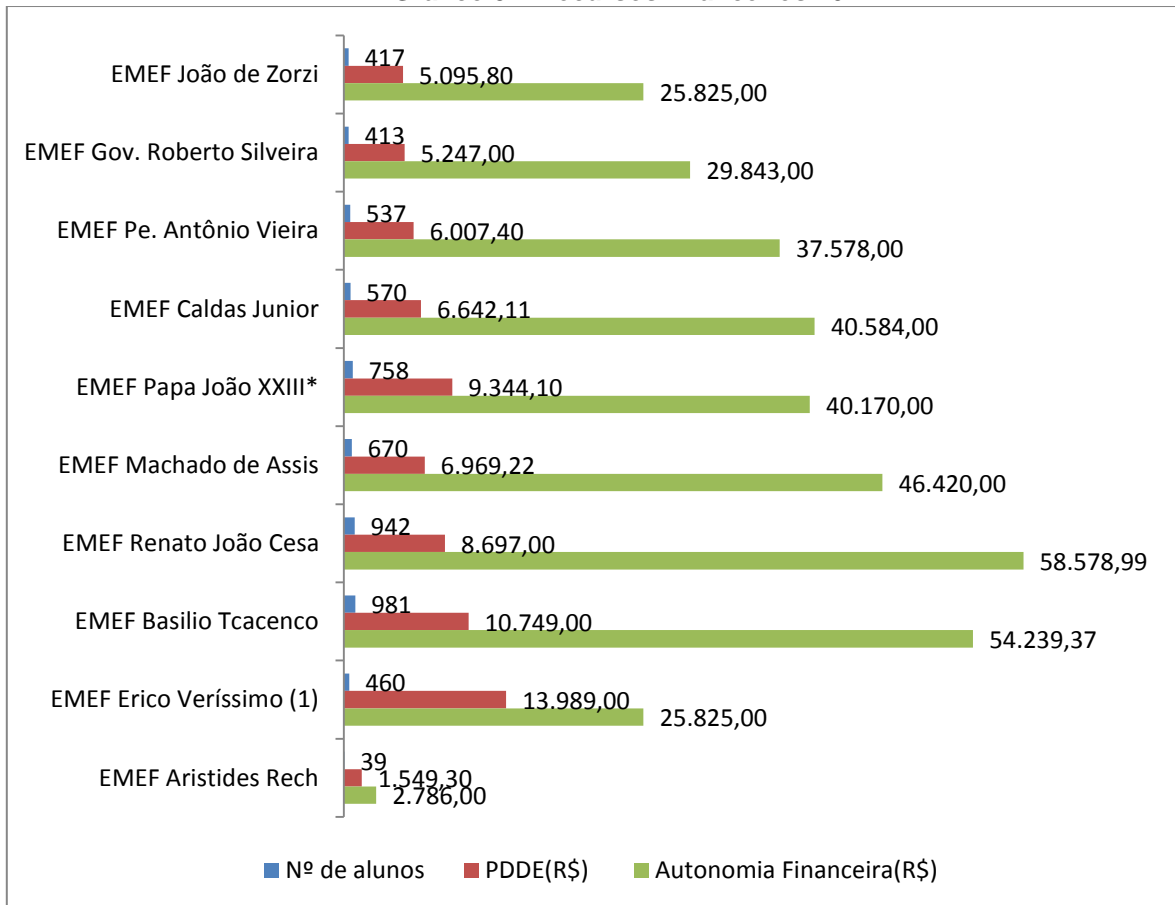
(1) Recurso de Acessibilidade- IDEB

Graficamente, pode-se verificar que proporcionalmente o recurso proveniente da Autonomia Financeira é superior ao PDDE. No entanto, os dados estão sendo considerados para o ano e, segundo informações do Setor Financeiro da SMED, essa distribuição ocorre quadrimestralmente, enquanto o PDDE é feito anualmente. Como se trata de um programa do Governo Federal, executado pelo FNDE, tem por objetivo prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental.

A partir dos valores indicados no Quadro 13, percebe-se que o recursos liberado pelo PDDE, cujas ações têm por objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escola liberado no ano de 2012, representa um valor complementar,

proporcional ao número de alunos , conjuntamente aos valores da autonomia, o que demonstra uma maior proporção.

Gráfico 3 – Recursos financeiros 2012



Fonte: A autora

4.1.3 Programas de Incentivo do Governo Federal

As informações fornecidas quanto aos benefícios do governo Federal às Escolas Municipais pesquisadas, nos programas de Transporte Escolar, Alimentação Escolar e Educação Inclusiva / Formação de professores, no triênio 2010 a 2012, é apresentada no quadro 10 a seguir.

O PNATE foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, alterado posteriormente pelo Art. 2º da Lei nº 11.947 de 2009, e tem como proposta de execução a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, observadas as disposições desta Lei.

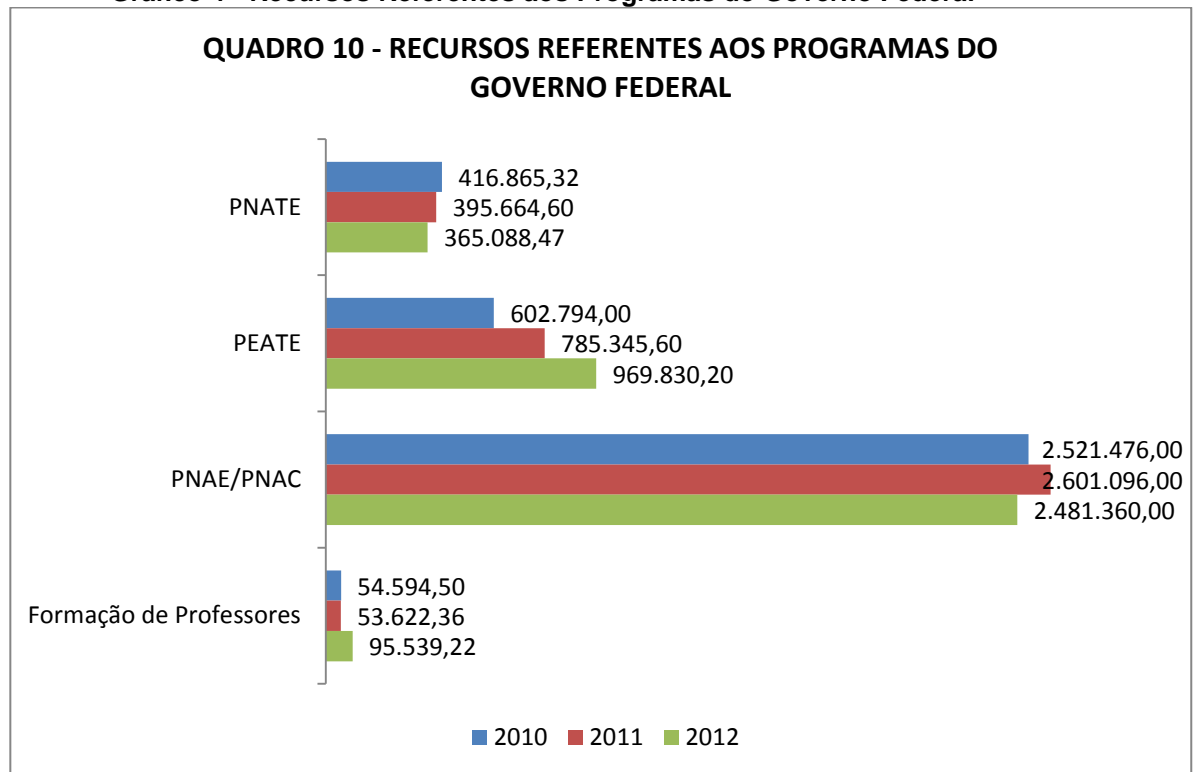
Já o PNAE garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda educação básica, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Atende ensino fundamental e infantil.

Quadro 11 - Recursos Referentes aos Programas do Governo Federal

Recursos	2010	2011	2012
PNATE	416.865,32	395.664,60	365.088,47
PEATE	602.794,00	785.345,60	969.830,20
PNAE/PNAC	2.521.476,00	2.601.096,00	2.481.360,00
Formação de Professores	54.594,50	53.622,36	95.539,22

Fonte: SMED Caxias do Sul, novembro de 2012

Gráfico 4 - Recursos Referentes aos Programas do Governo Federal



Fonte: A autora

Observa-se que os recursos provenientes dos Programas do Governo Federal no triênio 2010 a 2012, tiveram acréscimo em cada um dos períodos, sendo que o maior deles foi direcionado à Merenda Escolar, seguido do Programa de Transporte Escolar, proveniente do Governo Estadual. Quanto à formação de professores, tais recursos foram direcionados aos cursos de capacitação de professores da educação especial, infantil, bem como educação básica.

4.1.4 Autonomia Financeira

Segundo Decreto nº 10.649 de 25 de janeiro de 2002, os recursos repassados destinar-se-ão à manutenção e ao desenvolvimento do ensino nas escolas, visando à garantia do funcionamento e à melhoria física e pedagógica das mesmas. No campo da

gestão, destacam-se a Municipalização do Ensino, Atualização, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. A LDB de 1996, em seu art. 12, prevê que: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o que na verdade representa a forma de a escola possuir autonomias financeiras, administrativas e pedagógicas. A E(7) , em resposta à questão a respeito dos benefícios do governo, tais como : Merenda Escolar, Transporte, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino houve a confirmação pela diretora do recebimento.

Temos uma verba PDDE, uma vez por ano, para uso exclusivo dos alunos, no Programa Mais Educação e atendemos entre 110 a 120 crianças, inclusive com o auxílio de monitores. A verba vem específica para esses casos. Com essa verba, nós compramos equipamento para uso pedagógico (Informação Verbal).¹³

Reiterando as entrevistas quanto aos programas de incentivo do governo, em E(2), escola com 429 alunos, a fala apresentada acrescentou o “Programa Mais Educação” e PAR (Plano de Aplicação de Recursos), o qual a aplicação de 1/3 da verba liberada é para a manutenção e desenvolvimento do ensino e vem ao encontro da determinação prevista no Art. 184 o qual determina que:

O Município repassará aos Círculos de Pais e Mestres – CPMs das escolas municipais, devidamente organizados e registrados, verba para a execução de pequenos reparos nos prédios escolares e para aquisição de materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos, com recursos proporcionais ao número de alunos atendidos e à dimensão do prédio. (Emenda à L.O.M. nº 02, de 29 de novembro de 1991).

Assim, a partir das informações coletadas, os Recursos da Autonomia Financeira liberados em 2011e 2012, é representado no quadro a seguir e permite-nos verificar uma faixa quanto ao número de alunos, sendo que os recursos correspondem ao valor anual e ao repasse que ocorre quadrimestralmente às escolas.

¹³ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VII.** (Jun. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Quadro 12 - Repasses referentes à Autonomia Financeira nos anos 2011 e 2012

Faixa	Alunos Matriculados	Repasso em 2011	Repasso em 2012
1	Até 150 alunos	14.327,30	15.473,00
2	De 150 a 300 alunos	20.470,17	22.108,00
3	De 301 a 450 alunos	27.632,75	29.843,00
4	De 451 a 600 alunos	34.794,26	37.578,00
5	De 601 a 800 alunos	42.981,90	46.420,00
6	De 801 a 1000 alunos	54.239,37	58.579,00
7	De 1001 a 1200 alunos	62.427,00	67.421,00
8	Acima de 1201 alunos	65.496,84	70.737,00

Fonte: Setor Financeiro SMED

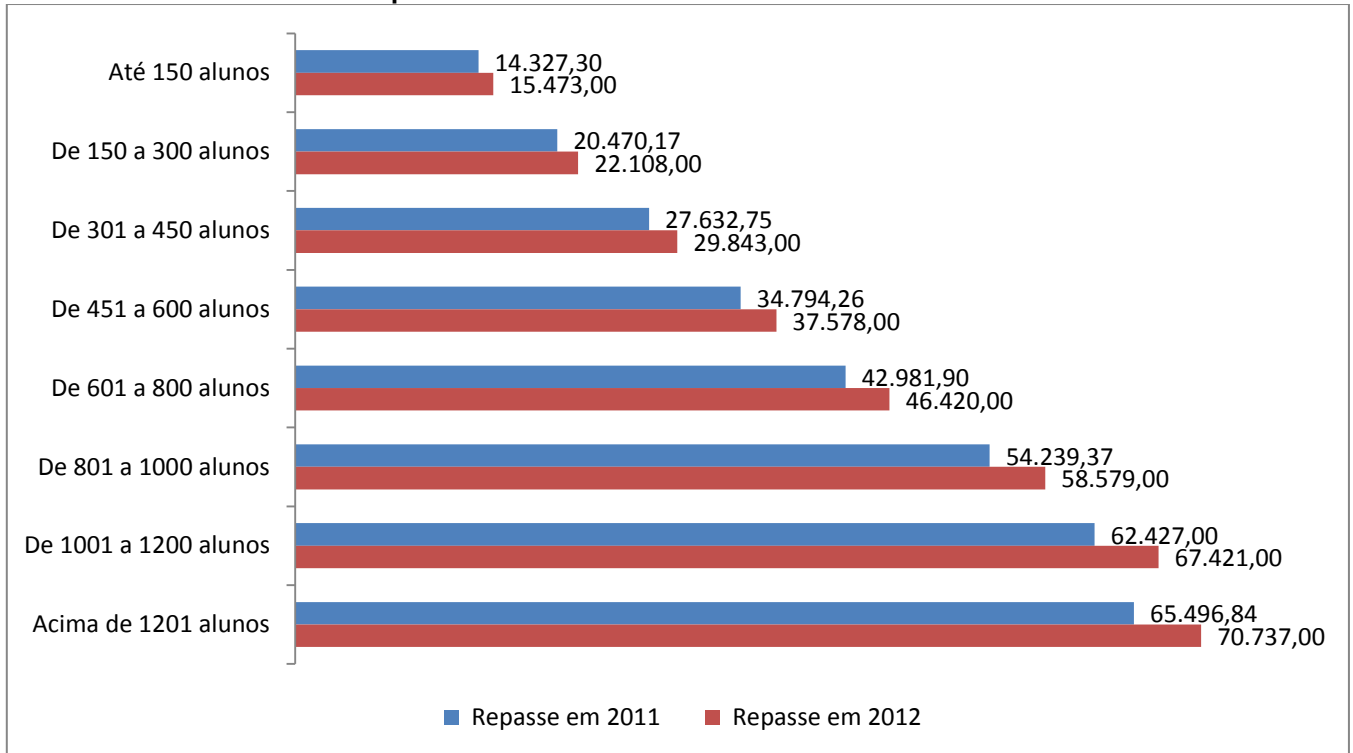
Os repasses financeiros realizados nos anos de 2011 e 2012 sofreram reajuste em torno de 8%, sendo que o gerenciamento de tais recursos realiza-se pela escola e conselho escolar, ficando a maior responsabilidade sobre a escola. Quanto à autonomia financeira, pode-se dizer que tal programa não prioriza a busca na qualidade do ensino-aprendizagem, mas visa a qualidade da manutenção da estrutura física, o que não deixa de ser de certa forma uma contribuição para a qualidade da educação.

A respeito do repasse, pode-se aliar à ideia do autor, o qual afirma que o espaço democrático já conquistado abrirá espaço para que os outros possam ser conquistados. Pois,

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata. (PARO, 2000, p.78).

Os resultados do quadro estão expressos graficamente complementando a análise feita quanto aos repasses da autonomia financeira.

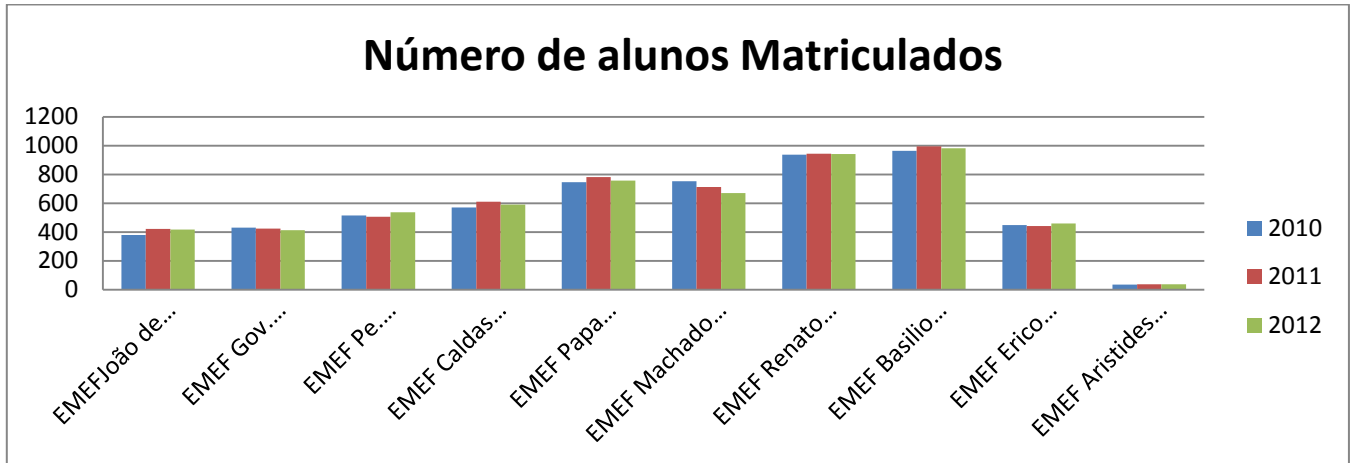
Gráfico 5 - Repasses referentes autonomia financeira 2011 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora

Acredita-se que a Autonomia Financeira das Escolas é um processo democrático e faz parte do cotidiano escolar podendo tornar-se efetivo e real se puder contar com a participação de toda a comunidade, opinando, discutindo, refletindo e interferindo como sujeito participativo e democrático, pois refere-se à possibilidade de escolher os materiais e serviços necessários para a manutenção da escola. A análise comparativa do número de alunos de cada uma das escolas investigadas demonstra graficamente a variação quanto ao número de matrículas realizadas.

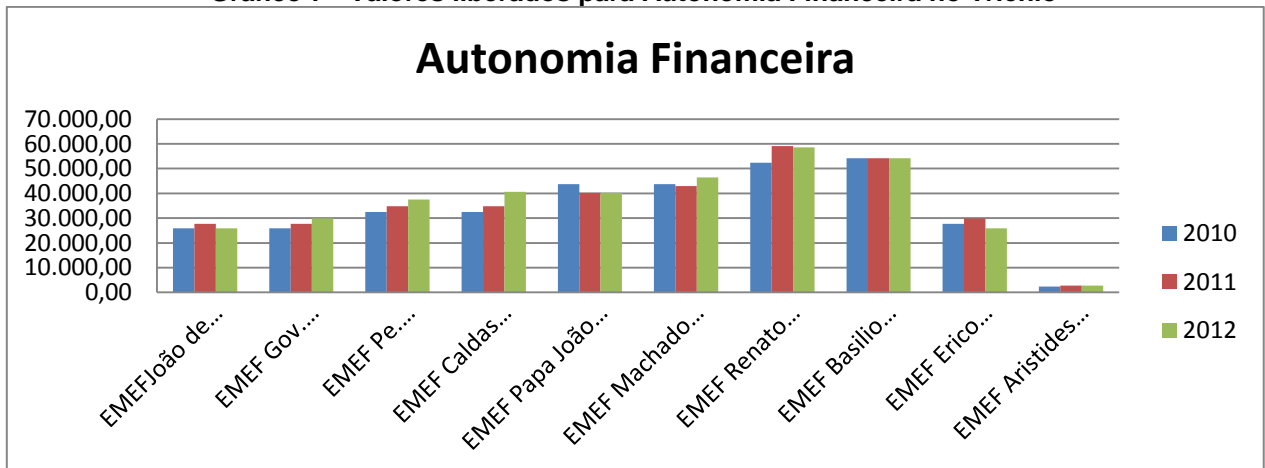
Gráfico 6 - Número de alunos matriculados no triênio 2010 a 2012



Fonte: A autora

Quanto ao número de matrículas realizadas ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012 nas escolas pesquisadas, há pequena variação quanto ao número de alunos. No entanto, é importante apresentar essa informação, uma vez que o problema de pesquisa busca relacionar os investimentos realizados, com a evasão e permanência nas escolas do município de Caxias do Sul.

Gráfico 7 - Valores liberados para Autonomia Financeira no Triênio



Fonte: A autora

Considerando-se que a LDB em seu art. 15, regulamenta que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os

integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Verifica-se a possibilidade de a escola construir o seu projeto pedagógico e decidir sobre a sua direção, juntamente com o Conselho Escolar o que as escolas podem contar com recursos financeiros e como utilizá-los.

Assim, no triênio pesquisado observa-se que, apesar de uma pequena redução no número de alunos, o recurso liberado pelo município foi corrigido, proporcionalmente, conforme quadro (11), o qual demonstra uma correção de 8% no recurso da Autonomia de 2011 a 2012.

As questões 5 e 6 relacionam-se com os eventos promovidos pela escola e, se esses eventos visam arrecadar recursos. A informação recebida pela maioria das entrevistas foi a de que, não estariam autorizadas a realizar eventos objetivando a arrecadação de recursos, conforme se ilustra com a fala de: “Nossa escola promove diversos eventos que não visam arrecadar recursos, mas sim apresentar à comunidade o que as crianças aprenderam durante o ano letivo.” (Informação Verbal)¹⁴ Analisando-se as respostas coletadas, verifica-se que, quando alguma das escolas entrevistadas promove algum evento, o lucro, quando há, é utilizado para realizar passeios com os alunos, fato este que ocorre em comunidades de baixa renda.

Todavia, de forma unânime, as diretoras afirmaram que a verba quadrimestral, correspondente à Autonomia Financeira, possibilita a realização de passeios, ou quaisquer atividades.

¹⁴ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VI.** (Mai. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

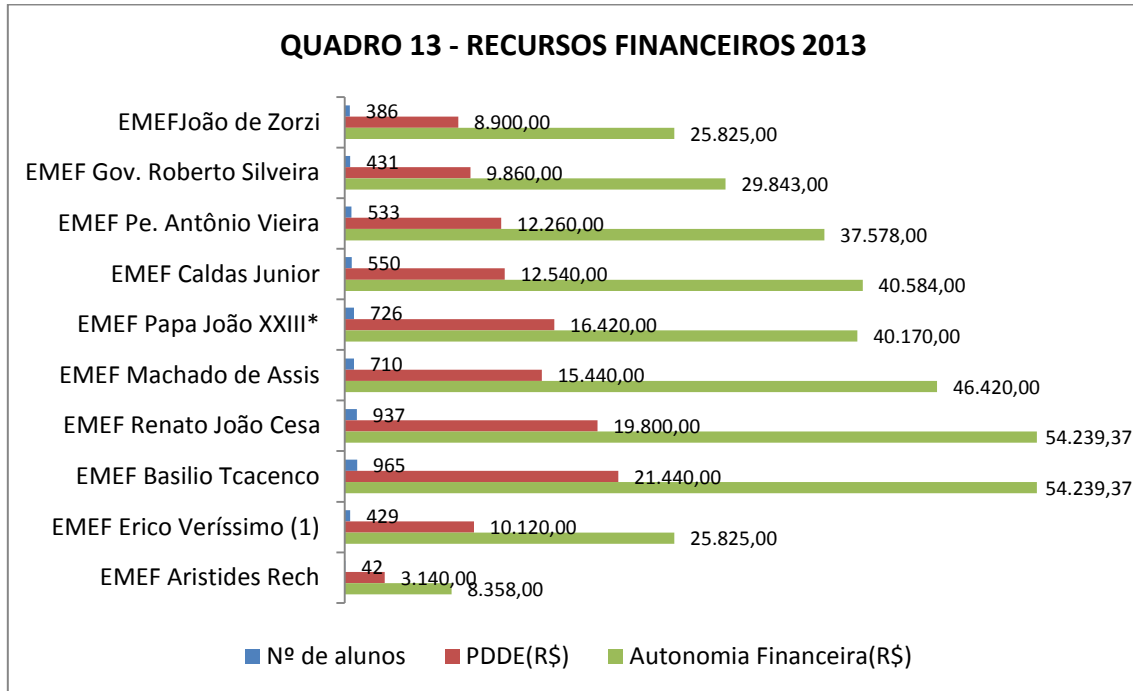
Quadro 13 - Recursos Financeiros 2013

Escola	Nº de alunos	PDDE(R\$)	Autonomia Financeira(R\$)
EMEF João de Zorzi	386	8.900,00	25.825,00
EMEF Gov. Roberto Silveira	431	9.860,00	29.843,00
EMEF Pe. Antônio Vieira	533	12.260,00	37.578,00
EMEF Caldas Junior	550	12.540,00	40.584,00
EMEF Papa João XXIII*	726	16.420,00	40.170,00
EMEF Machado de Assis	710	15.440,00	46.420,00
EMEF Renato João Cesa	937	19.800,00	54.239,37
EMEF Basilio Tcacenco	965	21.440,00	54.239,37
EMEF Erico Veríssimo (1)	429	10.120,00	25.825,00
EMEF Aristides Rech	42	3.140,00	8.358,00

Fonte: FNDE (2013)

No quadro 13, lista-se o número de alunos matriculados nas escolas investigadas e os respectivos recursos liberados pelos governos Federal, Estadual e Municipal, no ano de 2013. Apesar do período de apresentação ser posterior ao apresentado no tema da pesquisa, que seria o triênio 2010-2012, os dados foram liberados, devido à realização das entrevistas no período de abril a junho de 2013, permitindo observar a constante de proporcionalidade alunos / recursos liberados.

Gráfico 8 - Gráfico 7: Recursos Financeiros em 2013



4.2 CARÁTER PEDAGÓGICO

Basta o trabalho educacional e teremos o que queremos: Uma Educação verdadeira que dê conta da mudança da realidade, uma vez que educar não é uma doação ou imposição, mas uma devolução dos conteúdos coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas (FREIRE, 1997).

4.2.1 Recursos Humanos

Uma característica do perfil apresentado dos professores nas escolas investigadas é quanto à formação acadêmica, uma vez que a grande maioria possui formação acadêmica de graduação e curso de especialização em lato senso na área de

Educação, o que facilita o trabalho pedagógico e , as falas abaixo respondem à pergunta quanto ao perfil dos professores que atuam na escola.

Em E(4), a resposta apresentada quanto ao perfil da comunidade onde a escola está inserida, número de professores e nível de formação foi:

Nossa escola está inserida em uma comunidade considerada, segundo critério da SMED, uma comunidade de renda média /baixa. Os pais são trabalhadores com formação no ensino fundamental e médio, os quais têm em torno de quatro filhos por família. Quanto ao número de professores, estes são em 67 atuando em nossa escola e, na sua grande maioria, pós- graduados (Informação Verbal).¹⁵

Tal resposta foi apresentada ao longo das entrevistas realizadas, para as escolas que são consideradas de zona rural, tais como, em E(1) e E(2).

A fala da representante da Escola E(1) : “Como a nossa escola possui poucos alunos, temos classe multiseriada, característica de escolas de zona rural e, possuímos 3 professores sendo que eu também vou para a sala de aula. Nós somos graduadas, ou pós-graduadas.” (Informação Verbal)¹⁶ As crianças são na maioria filhos de agricultores sendo as famílias de média ou baixa renda. Ressalte-se que em classes multiseriadas, os alunos têm na mesma sala de aula, alunos do 2º ano e 3º ano e em outra sala, 4º ano e 5º ano, sendo a sala de educação infantil atendida por um único professor com 15 alunos.

A entrevista realizada na Escola E(2), também considerada uma escola de zona rural, possui características de Escola Urbana, uma vez que possui 429 alunos e as turmas são individuais. “Somos em 38 professores com graduação e pós-graduação. O nível socioeconômico da comunidade, segundo classificação da SMED, é médio e baixo. Temos muitos alunos em vulnerabilidade social que são atendidos pelo Programa Bolsa Família¹⁷.” (Informação Verbal).¹⁸

¹⁵ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista IV.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

¹⁶ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista I.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

¹⁷ É um programa destinado às ações de transferência de renda às famílias carentes e tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de

O quadro a seguir apresenta o perfil das escolas quanto ao número de professores.

Quadro 14 - Perfil das Escolas relacionando número de alunos com o número de professores disponíveis em cada unidade

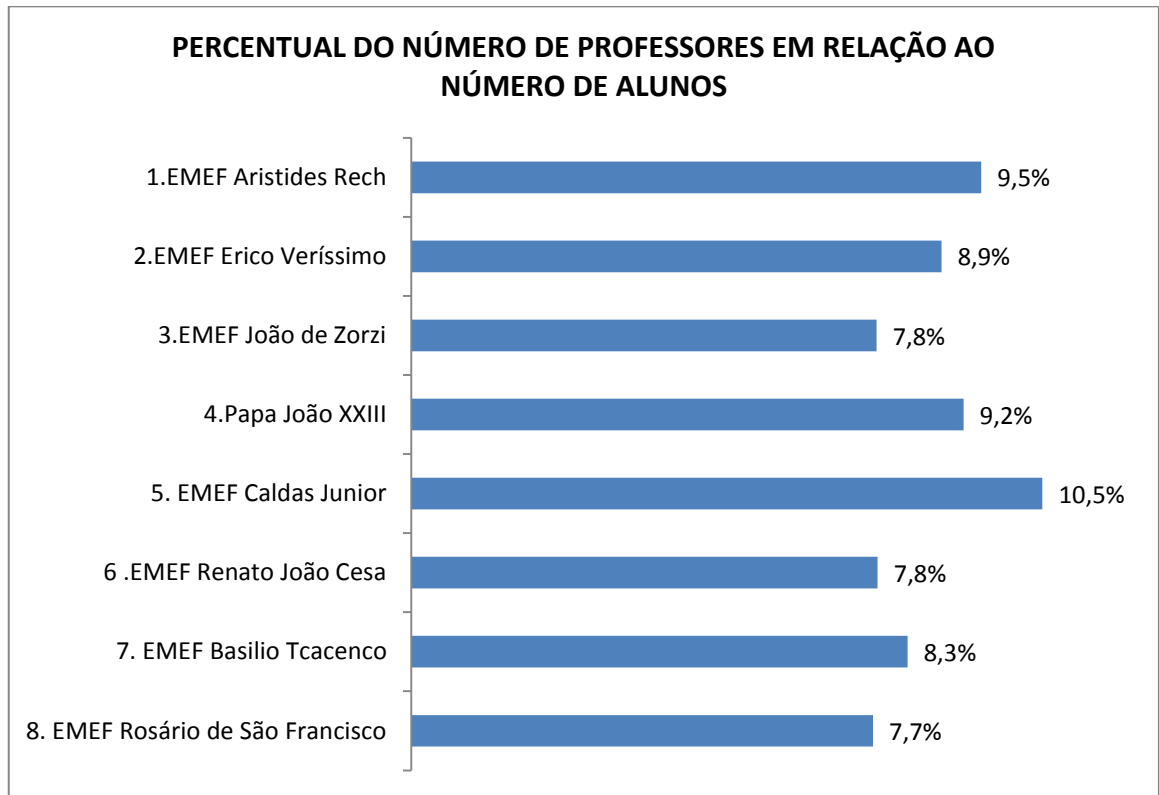
Escolas	Número de alunos	Número de professores
1.EMEF Aristides Rech	42	4
2.EMEF Erico Veríssimo	429	38
3.EMEF João de Zorzi	386	30
4.Papa João XXIII	726	67
5. EMEF Caldas Junior	550	58
6 .EMEF Renato João Cesa	937	73
7. EMEF Basilio Tcacenco	965	80
8. EMEF Rosário de São Francisco	713	55

Fonte: Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2013

Das escolas investigadas, foram confrontados os dados relativos ao número de professores com o total de alunos da escola, considerando-se que as turmas em análise, com número de alunos entre 25 e 30, com exceção da escola E(1) que é de zona rural, com classe multiseriada. Assim, caso o número de alunos por turma fosse reduzido, haveria a necessidade da contratação de mais professores. Essa correlação mostra que o percentual fica em torno de 8%, compondo o caráter pedagógico a ser analisado no decorrer da análise de dados, sendo demonstrado no gráfico 8 a seguir:

renda do Governo Federal especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola).

¹⁸ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista II.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Gráfico 9 - Correlação entre número de professores e número de alunos nas escolas investigadas

Fonte: elaborado pela autora

4.2.2 Recursos Pedagógicos

Na subcategoria Pedagógica, a inferência quanto aos Recursos Pedagógicos disponíveis na Escola, estão diretamente ligados com o processo de ensino e aprendizagem, vindo ao encontro da questão de pesquisa buscando a promover uma educação libertadora, que possibilite a formação de um pensamento crítico e democrático. A educação libertadora, idealizada por Freire, explicita que a questão da formação docente deve estar ligada a uma prática pedagógica progressista, na defesa da autonomia e da libertação dos educandos.

Ninguém é autônomo para depois decidir. A autonomia vai-se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas [...] A

autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que a pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 2004, p.107-108).

As falas apresentadas nas entrevistas, respondem às questões 2 a 4 quanto às atividades promovidas pela escola de incentivo à leitura, bem como as ações para enfrentamento das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, nas séries investigadas, no caso 6º ano (5ª série) e 8º ano (7ª série), foco da investigação.

As ações de incentivo à leitura são realizadas, de forma geral, nas escolas investigadas, o que demonstra a preocupação com a melhoria do ensino. Para escolas com um número reduzido de alunos, onde o acompanhamento pode ocorrer de maneira mais efetiva, acredita-se que seja possível propor outras atividades, uma vez que é na escola que os alunos adquirem o hábito e a disciplina, quando estes não os têm em suas casas. Para que possamos ter uma educação libertadora faz-se necessário, mais do que alguns minutos de leitura semanal sendo importante o compromisso da família, dos professores de todas as áreas, enfim da escola como um todo.

A Escola tem em cada sala de aula uma caixinha de livros e os alunos podem escolher algum livro para levar para casa. Isso deve acontecer semanalmente. Quanto às dificuldades de aprendizagem, verifica-se que a alfabetização é o fator preponderante em nossa Escola. Gostaríamos que as famílias se empenhassem mais nesse processo. Nós damos o reforço aos alunos que possuem maiores dificuldades, uma vez que não temos professor exclusivo para reforço. A progressão de estudos é feita ao longo do ano letivo (Informação Verbal).¹⁹

Temos o momento semanal, chamado hora da leitura, e vale para toda a escola, no qual o aluno utiliza para ler revista, jornal, textos trazidos pelo professor. Nas séries iniciais os alunos tem a hora do conto. As maiores dificuldades apresentadas pelos alunos são no 3º ano, ano em que o aluno deve estar alfabetizado. No 6º ano, o aluno deixa de ter um professor apenas e passa a ter diversos professores. A progressão de estudos é feita ao longo do ano por um professor substituto que é encaminhado pela SMED. No 9º ano somente, é que fizemos a progressão em janeiro (Informação Verbal).²⁰

¹⁹ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista I.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

²⁰ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista II.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Além do projeto de leitura semanal, há o uso das sacolas literárias nas escolas visitadas, como uma proposta de incentivo às famílias pelo gosto pela leitura, o que se observa nas falas a seguir:

Fizemos o uso de sacolas literárias. Temos o projeto autor na Escola, que é responsabilidade do professor de Língua Portuguesa. A nossa sala de linguagens é um espaço destinado à leitura e à hora do conto e nós estamos renovando o acervo de nossa biblioteca com recurso do governo federal. Alguns programas de incentivo promovidos pela SMED, tais como Mais Alfabetização e Vinculação que tem por objetivo desenvolver ações que favoreçam a aprendizagem e inclusão dos alunos, estes são oferecidos em turno contrário por professor substituto. Em 2007, o IDEB(Índice de desempenho da Educação Básica) de nossa escola foi muito baixo. Devido ao resultado da Prova Brasil, recebemos em 2009, do PDDE, uma verba destinada exclusivamente para investimento em recursos pedagógicos. Começamos a trabalhar com projetos para a melhoria do aproveitamento dos alunos. Nas séries iniciais, não temos tantos problemas, no entanto, a partir do 6º ano as dificuldades tornam-se muito grandes. Estamos buscando sanar as dificuldades em Matemática, uma vez que é uma das disciplinas com maior índice de reprovação. O PDE permite que se faça uma análise da escola para que se identifique onde estamos falhando, porque há um controle das ações e das metas (Informação Verbal).²¹

No ano de 2012, tivemos a presença do autor na escola e os alunos realizaram diversas atividades relacionadas A QUE ??? A bibliotecária adquiriu livros para renovar o acervo, sendo que os alunos são incentivados a retirar livros semanalmente. Quanto às dificuldades, desde que me conheço por professora, sempre que temos algum aluno com dificuldade, oferecemos um atendimento particular, ou seja, chamamos o aluno para perto de nós. Nós temos o projeto Mais Alfabetização, para as séries iniciais e um professor substituto para dar aulas de reforço. Essas aulas realizam-se no mesmo horário da aula, porque muitas famílias não têm como liberar seus filhos para virem à escola em turno contrário. A progressão de estudos é feita ao longo do ano letivo, nos dias em que os professores estão na reunião pedagógica. O aluno que reprovar em duas disciplinas, é aprovado com progressão. Se reprovar em mais de duas, deve repetir o ano (Informação Verbal).²²

Temos um cestinho contendo gibis, revistas, jornais e outros periódicos de interesse dos alunos, separado para cada turma e combinamos com os professores que liberem 15 minutos para a leitura. Esse momento deve acontecer semanalmente. Quanto aos casos de alunos com CID, fizemos uso dos professores que são designados pela SMED, a fim de auxiliarem os alunos no processo de alfabetização. Observa-se que as maiores dificuldades são apresentadas no 6ºano e no 8ºano, principalmente nas disciplinas de Língua

²¹ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista III.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

²² Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista IV.** (Abr. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Portuguesa e Matemática sendo que o professor oferece o reforço no mesmo turno, em dias de reunião pedagógica (Informação Verbal).²³

Estamos organizando uma bolsa para cada família contendo uma revista, um gibi e um livro. Nessa bolsa, há um caderno para cada aluno escrever qual foi a impressão dos pais e irmãos ao fazerem a leitura. A bolsa fica na turma e o aluno tem uma semana para devolvê-la. A escola promove ao longo do ano reforço para os alunos com dificuldades de aprendizagem. Nós observamos que, as crianças que não são estimuladas em casa, apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, e, geralmente são as que vivem em condições de vulnerabilidade social. No entanto, no 6º ano há muita dificuldade com a mudança de um professor para diversos professores (Informação Verbal).²⁴

Várias são as atividades que a nossa escola promove para incentivar a leitura. Temos a hora da leitura, da qual toda a escola participa desses minutos preciosos. Fizemos uma parceria com a livraria e realizamos a feira do livro. São projetos realizados todos os anos e nós estamos buscando outras parcerias. Como temos diversos casos de crianças com dificuldades cognitivas, estamos mudando a forma de avaliação, sendo que até o 5º ano, será feita por pareceres, a fim de podermos avaliar o processo. Temos um comprometimento muito grande com a alfabetização, assim a SMED destina uma professora para trabalhar na sala de recursos multifuncionais. Nós não possuímos professores disponíveis para essa atividade, porque todos estão atuando em sala de aula. As maiores dificuldades são apresentadas no 6º ano, em particular nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Informação Verbal).²⁵

Não temos reprovações, devido às progressões e as professoras oferecem recuperação ao longo do ano letivo. As maiores dificuldades estão no 3º ano, uma vez que os alunos deverão estar alfabetizados e no 6ºano e 8ºano (Informação Verbal).²⁶

Resumidamente apresentam-se as respostas das entrevistas quanto aos recursos pedagógicos, conteúdos das questões 2, 3, 4 e 8.

²³ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista V.** (Mai. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

²⁴ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VI.** (Mai. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

²⁵ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VII.** (Jun. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

²⁶ Entrevista concedida por ESCOLAR, Gestor. **Entrevista VIII.** (Jun. 2013). Entrevistadora: Cristiane Guazzelli Boschi. Porto Alegre, 2013.

Quadro 15 - Respostas às questões da entrevista realizada com as diretoras

Questões	Respostas
Quanto às atividades de incentivo à leitura	Todas as escolas utilizam pelo menos um dos recursos: Momento da leitura semanal, sacolas literárias e caixinhas nas salas de aulas.
Quanto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem	Com exceção de E(1) as escolas investigadas possuem professores para reforço provenientes da SMED
Quais as maiores dificuldades apresentadas manifestadas pelos alunos	As maiores dificuldades são no processo de alfabetização (3ºano) e nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no 6º ano e 8º ano
Quanto à progressão de estudos	A progressão é realizada ao longo do ano letivo

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas

Sob o ponto de vista das diretoras, as atividades são propostas com objetivo de garantir o sucesso dos alunos. No entanto, a vulnerabilidade social, aliada à falta de envolvimento das famílias ao longo do ano letivo, faz com que muitos não consigam atingir os objetivos propostos. A SMED oferece diversos projetos de apoio à aprendizagem, tais como: Mais Alfabetização, Vinculação, Inclusão Social além de monitores que são disponibilizados para auxiliarem os alunos portadores necessidades especiais.

4.2.3 Relação Pedagógica e Financeira

Retornando ao objetivo da pesquisa que é a de verificar como os valores investidos pelos governos Federal, Estadual e Municipal se configuram no desempenho escolar nas instituições de ensino pesquisadas, buscar-se relacionar os

resultados dos alunos no triênio 2010 a 2012 com os recursos liberados pelas esferas governamentais. Verifica-se que o repasse realizado às escolas, conforme o número de alunos pode não ser suficiente para a realização de todos os projetos, uma vez que há de se considerar a área de cada escola, o número de salas de aula, os laboratórios, os turnos de funcionamento, o número de funcionários, pois assim seria possível identificar as reais necessidades decorrentes das atividades pedagógicas e administrativas.

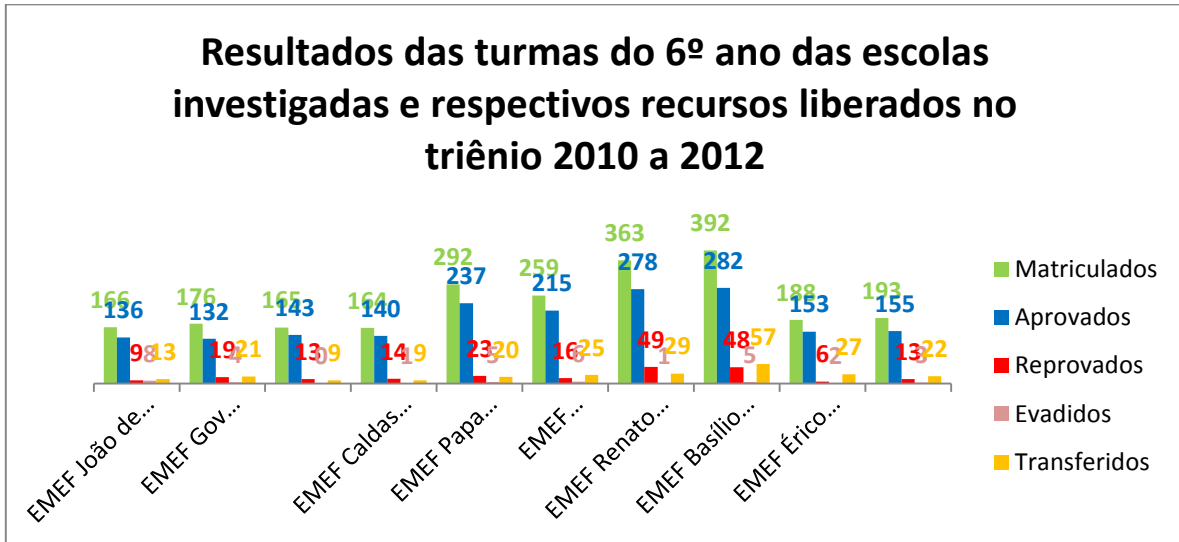
Na tabela 4, são apresentados os resultados das escolas, das turmas do 6º ano e apresentam-se os resultados das turmas de 8º ano, no respectivo triênio.

Tabela 4 - Resultados das turmas do 6º ano das escolas investigadas e respectivos recursos liberados no triênio 2010 a 2012

Escolas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Transferidos
EMEF João de Zorzi	166	136	9	8	13
EMEF Gov Roberto Silveira	176	132	19	4	21
EMEF Padre Antônio Vieira	165	143	13	0	9
EMEF Caldas Júnior	164	140	14	1	9
EMEF Papa João XXIII	292	237	23	5	20
EMEF Machado de Assis	259	215	16	6	25
EMEF Renato João Cesa	363	278	49	1	29
EMEF Basílio Tcacenco	392	282	48	5	57
EMEF Érico Veríssimo	188	153	6	2	27
EMEF Rosário de São Francisco	193	155	13	3	22
Total					

Fonte: SMED – Setor de Escrituração Escolar

Gráfico 10 - Resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação, evasão dos alunos do 6º ano no triênio



Fonte: A autora

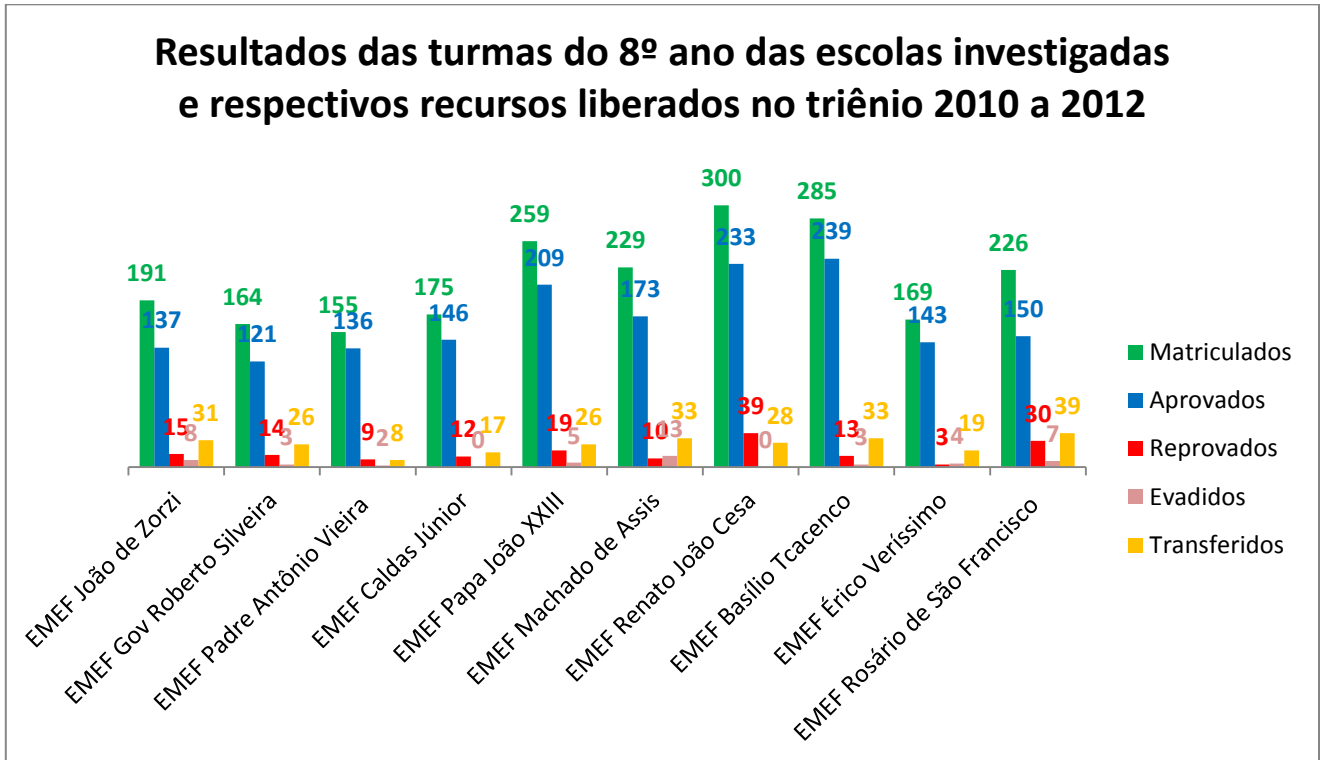
Tabela 5 - Resultados das turmas do 8º ano das escolas investigadas no triênio 2010 a 2012

Escolas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Evadidos	Transferidos
EMEF João de Zorzi	191	137	15	8	31
EMEF Gov Roberto Silveira	164	121	14	3	26
EMEF Padre Antônio Vieira	155	136	9	2	8
EMEF Caldas Júnior	175	146	12	0	17
EMEF Papa João XXIII	259	209	19	5	26
EMEF Machado de Assis	229	173	10	13	33
EMEF Renato João Cesa	300	233	39	0	28
EMEF Basílio Tcacenco	285	239	13	3	33
EMEF Érico Veríssimo	169	143	3	4	19
EMEF Rosário de São Francisco	226	150	30	7	39

Total

Fonte: SMED - Setor de Escrituração

Gráfico 11 - Resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação e evasão dos alunos no 8º ano no triênio



Fonte: A autora

Os dados quanto ao número de alunos transferidos, estão sendo apresentados juntamente com número de matrículas do triênio, aprovação, reprovação e evasão, pois demonstram, em algumas escolas, um indicador importante. Um dos possíveis motivos que levariam às transferências, por informações, da Secretaria de Educação do Município seria a mudança do local de trabalho do pai, ou responsável pelo aluno. Quanto à evasão, observa-se que os números são pequenos, em relação aos demais elementos pesquisados, podendo ter como fator determinante, a região na qual a escola está localizada. Assim, ao considerar que, quanto aos alunos evadidos, a correlação não foi observada. O quadro 16 apresenta os totais referentes aos alunos matriculados, aprovados, reprovados bem como os investimentos provenientes dos governos Federal, Estadual e Municipal realizados no triênio.

Quadro 16 - Resultados X Investimentos no triênio nas séries investigadas

Escolas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Investimentos
EMEF Basílio Tcacenco	521	61	8	214730,31
EMEF Renato João Cesa	511	88	1	207906,97
EMEF Papa João XXIII	446	42	10	157176,1
EMEF Machado de Assis	388	26	19	159214,22
EMEF Érico Veríssimo	296	9	6	88617,85
EMEF Caldas Júnior	286	26	1	137874,17
EMEF Padre Antônio Vieira	279	22	2	131528,96
EMEF João de Zorzi	273	24	16	101896,75
EMEF Gov Roberto Silveira	253	23	7	112318,95

Fonte: Setor de Escrituração e Setor Financeiro SMED

Tabela 6 - Recursos do PDDE e Autonomia no triênio em relação aos resultados das turmas do 6º ano e 8º ano

Escolas	Aprovados	Reprovados	Evadidos	PDDE (R\$)	Autonomia Financeira (R\$)
EMEF João de Zorzi	273	24	16	22.608,00	79.288,75
EMEF Gov Roberto Silveira	253	23	7	29.018,20	83.300,75
EMEF Padre Antônio Vieira	279	22	2	26.638,70	104.890,26
EMEF Caldas Júnior	286	26	1	29.977,91	107.896,26
EMEF Papa João XXIII	446	42	10	33.159,10	124.017,00
EMEF Machado de Assis	388	26	19	26.136,22	133.078,00
EMEF Renato João Cesa	511	88	1	37.897,60	170.009,37
EMEF Basílio Tcacenco	521	61	8	52.012,20	162.718,11
EMEF Érico Veríssimo	296	9	6	25.317,10	63.300,75
Total	3558	364	80		

Fonte: Setor de Escrituração e Financeiro SMED

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS NO TRIÊNIO NAS TURMAS DO 6º ANO E 8º ANO

Com o objetivo de estabelecer-se a relação entre as variáveis, resultados obtidos no triênio bem como os recursos alocados no triênio 2010 a 2012, descreve-se o método utilizado na pesquisa a partir da equação matemática. As variáveis envolvidas tais como, aprovação, reprovação e evasão escolar, Autonomia e PDDE, são identificadas abaixo.

$$y = \alpha + \beta \cdot x$$

Sendo que:

y = Corresponde à variável dependente resultado obtido no 6º ano (5ª série) e 8º ano (7ª série) quanto aprovação na escola

α = Valor fixo investido incluindo PDDE e Autonomia liberados no triênio

β = Custo por aluno

X = Variável Independente que representa o número de alunos por escola

Ao analisar cada uma das correlações estabelecidas, ou seja, investimento x número de aprovados, investimentos x número de reprovados e investimentos X número de evadidos e, sabe-se que esta deve atingir um coeficiente não superior a 1 inferior a -1.

Quanto mais próximo de zero indica que as duas variáveis não estão relacionadas. Se uma correlação for negativa (-1), demonstra que as duas variáveis comportam-se em direção oposta. Uma correlação positiva (+1) demonstra que as duas variáveis estão na mesma direção, ou seja, a relação entre elas é positiva. Em concordância com o autor, pode-se dizer que duas variáveis, X e Y, são positivamente correlacionadas quando elas caminham num mesmo sentido, ou seja, elementos com valores pequenos de X tendem a ter valores pequenos de Y, e elementos com valores

grandes de X, tendem a ter valores grandes de Y. São negativamente correlacionados quando elas caminham em sentidos opostos, ou seja, elementos com valores pequenos de X tendem a ter valores grandes de Y e elementos com valores grandes de X tendem a ter valores pequenos de Y (STEVENSON, 1981).

A tabela a seguir demonstra os valores obtidos por meio da regressão múltipla.

Tabela 7 - Valores obtidos através da análise por regressão múltipla para alunos aprovados

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	35,93675996	55,66799284	0,6455552	0,53914396
(R\$)	0,002234156	0,000367465	6,0799208	0,00050091

Fonte: A autora

Tabela 8 - Valores obtidos através da análise por regressão múltipla para alunos reprovados

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	226,6038456	35,4543835	6,3914197	0,00037029
Reprovados	3,780577537	0,834355528	4,531135	0,00269606

Fonte:A autora

Tabela 9 - Análise por regressão dos Resultado X Investimentos realizados no triênio

<i>Aprovados</i>	<i>Reprovados</i>	<i>Evadidos</i>	<i>(R\$)</i>
1			
0,86356405	1		
-			
0,005666284	-0,269236929	1	
0,916942758	0,889152761	-0,145077	1

Fonte:A autora

A análise de regressão simples foi feita com o uso do Excel, e os resultados revelam que o investimento está relacionado com o nº de aprovados e o nº de reprovados, com p-value respectivamente de (0,0005 e 0,0027). No entanto, quanto ao nº de alunos evadidos, não há mostra de relação, uma vez que o p-value foi de 0,988. No que se refere à equação $y = \alpha + \beta x$ não se pode concluir que os investimentos

realizados influenciariam nos resultados quanto ao número de aprovados ou de reprovados, uma vez que, o valor do recurso financeiro disponível por escola estaria diretamente ligado ao número de aluno. Na tabela de correlação, a variável aprovados e reprovados demonstra alta correlação. No que se refere à relação do número de evadidos, a análise permitiu verificar que, a partir dos dados coletados, a região onde a escola está localizada, pode contribuir para o maior número de abandonos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no capítulo introdutório, a conquista do princípio constitucional de gestão democrática e a conseqüente participação cidadã dos interessados aliados à necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes definidos na LDB em seu Art 14, três níveis de ação relacionaram-se com a proposta de pesquisa: o primeiro relacionado à questão enfrentada pelos gestores do sistema de ensino federal, estadual e municipal, os quais estariam confrontados à necessidade de formular políticas voltadas ao enfrentamento da carência de recursos educacionais. O segundo eixo, o da escola, o qual os dirigentes necessitariam estabelecer prioridades buscando gerir tais recursos com a maior eficiência possível; e o terceiro eixo por fim, estaria diretamente ligado ao trabalho do professor em sala de aula, lugar aonde o ensino efetivamente acontece.

Quando realizamos uma investigação, muitas vezes somos surpreendidos com os resultados obtidos, porque, mesmo tratando-se de uma pesquisa científica, estamos abertos para o que iremos encontrar no decorrer da caminhada. Sabe-se que ao iniciarmos o percurso, nossas suposições, que partem da escolha do problema de pesquisa, poderão ou não comprovar-se ao longo da investigação.

Essa pesquisa foi elaborada como intuito de identificar, por meio das falas dos diretores, bem como das informações coletadas, como os investimentos em educação realizados pelos governos Federal, Estadual e Municipal, podem interferir nos resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação e evasão em 10 escolas do Município de Caxias do Sul.

Estabelecendo o paralelo entre as políticas educacionais e os investimentos em educação, objetivo geral da pesquisa, pode-se verificar que esse tema apresenta posições divergentes uma vez que a descentralização faz parte dos ideais da democracia, porém há de se considerar que com a autonomia concedida a cada uma das escolas, a gestão escolar ganha um papel relevante no que tange à administração escolar. Para tanto, deve obedecer ao princípio de participação dos profissionais da

educação na elaboração do PPP da escola e a participação da comunidade local representada pelos Conselhos Escolares, ou equivalentes. O Plano Plurianual de Educação em seu art. 10 determina que as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE - 2011/2020 - e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução, o que justifica a forma descentralizada de gerir os recursos. Desta forma, os investimentos realizados no setor da educação com previsão Constitucional, são distribuídos em cotas, sendo a Federal correspondente a 1/3 do montante dos recursos, destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução do desnível sócio educacional entre os municípios e os estados brasileiros e cota estadual e municipal correspondente a 2/3 do montante dos recursos, creditada mensal e automaticamente em favor das secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para o financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica.

Pode-se observar que os objetivos da pesquisa foram alcançados uma vez que se buscou sumarizar os fundamentos da política de repasses financeiros para educação realizada pelo governo federal e, nesse caso os valores do FUNDEB, originários dos entes estaduais e municipais. A composição do FUNDEB, a título de complementação financeira, tem por objetivo assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05 em 2011) a cada estado da Federação, ou ao Distrito Federal. O aporte de recursos do Governo Federal ao FUNDEB, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, aproximadamente R\$ 5,1 bilhões para 2009 e, a partir de 2010, alcançou os 10% da contribuição total de estados e municípios.

Quanto ao FNDE, segundo as informações obtidas nas entrevistas, o montante dos recursos financeiros a ser repassado é calculado com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental nas escolas municipais e qualificado como entidades filantrópicas ou por elas mantido, utilizando-se para esse fim os dados oficiais de matrículas, os quais são obtidos no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento.

Quanto aos critérios de aplicação dos recursos direcionados à Autonomia Financeira, a transferência, por si, não garante a autonomia da escola, uma vez que esta depende de uma série de características, sendo necessário considerar, não somente o número de alunos, mas a área ocupada pela escola, os turnos em que as aulas são oferecidas, número de professores e funcionários. Se por um lado, para alguns diretores, a autonomia significa a capacidade de agir independentemente do sistema, foi possível concluir que, na realidade, isso não ocorre, uma vez que é necessária a existência de gestão colegiada que permite o compartilhar das ações a serem tomadas, juntamente com o Conselho Escolar (Direção, Professores, Professores, Alunos).

Ao longo das entrevistas realizadas, as respostas às questões referentes à infraestrutura da escola, laboratórios e sala de recursos multifuncionais e habilitação dos professores, possibilitou a conclusão de que, mesmo estando localizadas nas regiões mais carentes, ou na zona rural todas estão bem estruturadas. As verbas disponíveis, provenientes dos governos federal, estadual e municipal, tornam possível a implementação dos recursos e infraestrutura em cada uma das escolas.

As respostas quanto aos projetos pedagógicos, tais como, incentivo à leitura, apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, e progressão de estudos, foram unânimes, uma vez que o incentivo a leitura ocorre com uso de sacolas literárias, ou momento de leitura do qual toda a escola participa.

No que se refere ao apoio às dificuldades, as escolas estão passando por transformações no que se refere à inclusão, possibilitando a interação e autonomia do aluno. Assim a SMED, disponibiliza professores, que muitas vezes necessitam de preparo para conseguir ajudar tais alunos, pois, muitas vezes, o próprio professor desconhece tais dificuldades.

No entanto, no que se refere à progressão de estudos, pode-se concluir que o índice de aprovação não representa o resultado real uma vez que o aluno, pode ser promovido para a série seguinte, com até duas disciplinas pendentes. Certamente faz-se necessário um trabalho de base, principalmente nas disciplinas de Matemática e

Língua Portuguesa, pois as respostas, na totalidade, afirmaram que, são tais disciplinas a apresentarem as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Os dados estatísticos revelaram que a relação dos investimentos com o número de alunos aprovados e reprovados é verdadeira, uma vez que, devido ao número de alunos de cada escola, quanto maior o número de alunos, maior é o recurso liberado. Ressalta-se que não está sendo, aqui considerada a questão da aprovação com progressão, uma vez que não evidenciaria os índices informados pela SMED.

No que diz respeito aos alunos evadidos, pode-se verificar que não estariam relacionados com os investimentos, pois se trata de um fator social. As escolas que se localizam em bairros onde a maioria das famílias são de baixa renda, vivendo em vulnerabilidade social, apresentaram um índice maior de abandono.

Tal questão, quanto às causas que levariam os alunos ao abandono da escola, pode ser um tema para estudos futuros, uma vez que há necessidade de avaliação do perfil da família, renda mensal, anual, escolaridade dos pais, profissão, indicadores que revelariam a necessidade de uma pesquisa sociológica.

Como a investigação teve por período de análise o triênio 2010-2012, a dificuldade quanto à coleta das informações que deveriam ser liberadas em tempo hábil ocorreu porque durante esse período, houve eleição de diretores nas escolas concomitantemente às eleições municipais. Essas alterações nas equipes diretivas, bem como na Secretaria de Educação do Município exigiu do pesquisador reiniciar o processo, uma vez que as informações já não estariam disponíveis sem uma autorização prévia. Como as direções das escolas tem uma série de responsabilidades, sem prévia solicitação, muitas vezes, semanas, ou meses, não foi possível conseguir dados, nem tempo hábil para entrevistas.

Foi possível constatar, a partir da investigação, que as escolas do município de Caxias gozam, na sua maioria, de uma situação privilegiada, uma vez que se trata de um município com PIB elevado, que é referência no estado do Rio Grande do Sul.

Tal pesquisa teve a pretensão de verificar se os investimentos realizados nas escolas investigadas teriam relação com os resultados obtidos quanto à aprovação, reprovação e evasão, os quais podem servir de indicador aos gestores na elaboração

da proposta de distribuição dos recursos alocados, segundo a realidade de cada uma das escolas.

Conclui-se que a democratização dos processos, bem como a forma de aplicação dos recursos disponíveis deverão considerar as especificidades de cada sistema de ensino e dependem do envolvimento, não somente dos gestores das unidades escolares, mas da participação dos professores, estudantes e pais, enfim do conselho escolar, o qual articula as ações para investir os recursos disponíveis nas prioridades, seja em infraestrutura, ou pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Matias. **Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas**. Porto, Edições Asa, 1992.

ALVES, José Matias. **Organização, Gestão e Projeto Educativo das Escolas**. 3. ed. Coleção Cadernos Pedagógicos. Lisboa: Edições Asam, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise De Conteúdo**. São Paulo: Ed .70, 2011

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, 1997. Disponível em: Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3772>. Acesso em: 12 abr. 2013.

BENEVIDES. M.V. Educação para a cidadania e em direitos humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. 9. **Anais**. São Paulo, 1998. p.165-77.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em: 28 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 10.880, DE 9 DE JUNHO DE 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 19 fev. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 12.695, DE 25 DE JULHO DE 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm>. Acesso em: 19 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1>>. Acesso em: 18 set. 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

CAXIAS DO SUL. **DECRETO Nº 10.649 DE 25 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;rio.grande.sul;caxias.sul:municipal:decreto:2002-01-25;10649>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

CAXIAS DO SUL. **Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, 2011**. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/recursos_humanos/lei_organica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CAXIAS DO SUL. **N.R. DADA PELA EMENDA À L.O.M. Nº 02, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1991**. Disponível em:

<https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/recursos_humanos/lei_organica.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CUNHA, L.A.R. **Educação e Desenvolvimento**, In: FREITAG, Bárbara, **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

DENHARDT, Robert B.. DENHARDT, Jane V. **The new public service: serving, ot steering**. New York: M.E. Sharpe, 2003.

ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE). **ANAIS DO XV ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais**. Belo Horizonte, 2010.

FERNADES, Florestan: **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. S. Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

FREITAG. Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par/par-apresentacao>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1974.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

GADOTTI, Moacir. Causas do atraso na Política Educacional Brasileira. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, Ed. Especial, ano XV, nº 53, p.6, jun. 2011.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4. ed. Guia da escola cidadã. v. 1. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GROSSMAN, Michael, **EDUCATION AND NONMARKET OUTCOMES, Nº 11582 Issued in August 2005**

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantage children. **Science**, v.312, 30 june, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **FEE**, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Histórico**. Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/historico>>. Acesso em: 01 set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Censo escolar de 2010**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil 2011. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital Social y Cultura. Claves estratégicas del desarrollo. (Comp)**. México. Fondo de Cultura Económica, 2000.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relação de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE**. Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/pls/internet_pdde/internet_fnde.pdderex_2_pc.>. Acesso em: 31 jan. 2014.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: As Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R. **Análise de Conteúdos**. Limites e possibilidades. IN, ENEGERS, M.C O .desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde .Porto Alegre, 1994

OLIVEIRA LIMA, Lauro de. **O Impasse na Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas: Educação e Sociedade, 2007.

OLIVEIRA, R.P; ARAUJO, G.C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, jan./dez. 2005.

PARO, V. **A gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO no Brasil, 2005.

REIS, E. **Estatística Descritiva**. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 1994

UNESCO. **Relatório 2010**. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/unesco_science_report_2010_executive_summary-1/#.U20kGfIdVCh>. Acesso em: 12 fev. 2012.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Gestão Escolar**. ed. 007. Abril/ Maio, 2010. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb->>. Acesso em: 23 jul. 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL. **Verbas públicas**. Disponível em: <<http://educacao.caxias.rs.gov.br/mod/folder/view.php?id=120>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

STEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TEDESCO, J. C. Prólogo. In: **Equidade e financiamento da educação na América Latina**. Brasília: UNESCO, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**-São Paulo: Ática, 2007.

WANDSCHEER, M. S. X. **O Ensino Fundamental no Século XXI: questões e desafios**. Canoas: Editora ULBRA, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Orientadora: Professora Dr^a Claudia Simone Antonello

Pesquisadora: Cristiane Guazzelli Boschi

Questões referente à Contextualização

Segmento: Gestores das escolas

Entrevistado:

Data:

1. Quanto aos recursos de infraestrutura disponíveis na escola:
 - 1.1 A escola possui salas especiais, quais? Há, dentre estas, Laboratório de Informática: Sim () Não () Para o caso do Laboratório de Informática: a) ano de implantação; b) equipamentos disponíveis (quais e número); c) quem realiza o serviço de manutenção, quando necessário? d) A escola dispõe de professores habilitados a utilizarem os recursos oferecidos pelo Laboratório de Informática?
2. A escola promove iniciativas de incentivo à leitura? (___) Sim () Não. Em caso positivo, descrever sumariamente.
3. São oferecidas aulas de reforço aos alunos com dificuldades de aprendizagem? Sim () Não (). Em caso positivo, quando esta medida foi implementada? Sofreu solução de continuidade?
4. Quais podem ser consideradas as maiores dificuldades manifestadas pelos alunos quanto ao processo de aprendizagem? Enumerar em ordem de prioridade.
5. A escola promove eventos de interação com a comunidade? Quando? Como?

6. Esses eventos visam arrecadar recursos? () Sim () Não. Em caso afirmativo, qual o destino dos recursos arrecadados?

7. A Escola é beneficiada pelo programas de incentivos tais com: Merenda Escolar, Transporte, Manutenção e Desenvolvimento do ensino. () Sim () Não. Em caso afirmativo, quais dos programas citados? Além destes, haveria outro? Qual?

APÊNDICE B – Roteiro de dados solicitados à SMED**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**Orientadora: Professora Dr^a Claudia Simone Antonello

Pesquisadora: Cristiane Guazzelli Boschi

Atividade: Solicitar informações visando à realização de análise documental, conforme especificado abaixo.

Segmento: Secretaria Municipal de Educação do Município de Caxias do Sul

Entrevistado:

Data:

1. Nº atual de alunos integrados em cada uma das escolas pesquisadas:
2. Nº atual de professores pertencentes a cada uma das escolas e nível de formação:
3. Nível socioeconômico da comunidade onde a escola está inserida, segundo classificação efetuada pela SMED/Caxias do Sul:
4. Número de alunos atendidos em cada sala de aula:
5. Perfil dos pais dos alunos: formação, profissão, nº de filhos por família
6. Registro dos recursos alocados pelo município nos anos de 2010, 2011 e 2012.
7. Registro dos recursos provenientes dos governos Federal e Estadual para incentivo à educação no município de Caxias do Sul,
8. Análise dos relatórios dos resultados finais emitidos pelas respectivas escolas quanto à aprovação, reprovação e evasão nos períodos de 2010 a 2012, e elaboração de demonstrativos, de modo a comparar os índices por unidade escolar em cada ano respectivo.
9. Elaboração de uma síntese contemplando o triênio em estudo.